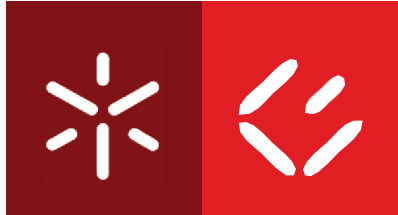


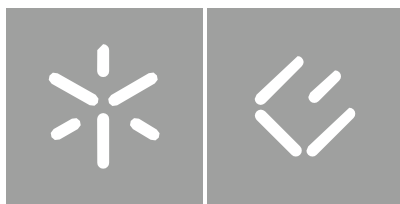


Gabriela Gomes Cardoso

Empresas Familiares e Sustentabilidade Ambiental e Social: O Caso da Petrotec

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Gabriela Gomes Cardoso

Empresas Familiares e Sustentabilidade Ambiental e Social: O Caso da Petrotec

Relatório de Estágio

Mestrado em Economia Industrial e da Empresa

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professora Doutora Lígia Costa Pinto
Professora Doutora Isabel Correia

abril de 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Dedico o presente trabalho ao meu avô, com a certeza que me acompanha todos os dias, espero que esteja orgulhoso.

De seguida, quero agradecer aos meus pais por todo o esforço, por todo o apoio e acima de tudo por acreditarem sempre em mim, vocês são o meu maior exemplo. À Lara que me tira o juízo todos os dias, mas é a minha pessoa favorita, esforço-me sempre para ser um exemplo para ti. À minha avó que é a pessoa mais genuína do mundo e me dá sempre força para lutar pelos meus objetivos.

Ao Grupo Petrotec por me ter recebido durante os três meses de estágio para que pudesse desenvolver o meu trabalho. Agradecer ao meu supervisor Alexandre por todos os conselhos. Queria deixar um agradecimento especial à Vânia do departamento de qualidade por se ter mostrado sempre disponível para me ajudar, por toda a dedicação e por toda a atenção atribuída aos meus pedidos.

À professora Isabel Correia que desde o primeiro ano, mesmo sem saber, me motivou sempre para que o fim deste capítulo fosse possível. À professora Lígia Pinto por ter acompanhado este trabalho e por todo o conhecimento transmitido. Sem o contributo de ambas este relatório não seria possível.

À Beatriz e à Joana as minhas conterrâneas que se cruzaram no meu caminho e ficaram para sempre, sem vocês não seria a mesma coisa.

Por fim, agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para eu chegar até aqui. O meu sincero obrigada.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Empresas Familiares e Sustentabilidade Ambiental e Social – O Caso da Petrotec

Resumo

A preocupação com o desenvolvimento sustentável, defende a ideia de que os interesses das gerações futuras têm de ser considerados com a mesma importância que os da geração atual.

Este relatório reflete o estágio curricular realizado numa empresa familiar, um tipo de organização que apresenta uma grande heterogeneidade na forma como adota e reporta práticas de sustentabilidade. O objetivo principal do estágio centrou-se em fornecer à Petrotec – Inovação e Indústria, S. A. uma base sólida para a elaboração do seu primeiro relatório de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes internacionalmente aceites e adequadas a cada empresa.

De forma a dar resposta aos pontos estabelecidos pelas normas GRI, os resultados obtidos, assim como os cálculos efetuados ao longo do estágio, permitem estruturar um modelo abrangente que poderá servir de base para o primeiro relatório de sustentabilidade da Petrotec – Inovação e Indústria, S.A., garantindo transparência na divulgação de indicadores. A metodologia utilizada passou, essencialmente, por levantar e sistematizar informação retirada do SAP, com o objetivo de analisar a conformidade da empresa com normas e padrões de sustentabilidade.

Este trabalho fortalece a posição da empresa no seu setor de atuação pois a comunicação de informações sobre sustentabilidade é bastante valorizada pelos *stakeholders*, a adoção dessa prática, evidencia o compromisso da empresa com a responsabilidade social. Espera-se que o relatório sirva de base e motivação para futuras iniciativas, bem como para a consolidação de uma cultura mais sustentável na organização.

Palavras-chave: Empresas Familiares; GRI (Global Reporting Initiative); Impactos Ambientais; Impactos Sociais; Sustentabilidade.

Family Firms and Environmental and Social Sustainability: The Case of Petrotec

Abstract

The concern for sustainable development promotes the belief that future generations' interests must be deemed as important to those of the current generation.

This report reflects a curricular internship completed in a family-owned firm, a type of organization that exhibits significant heterogeneity in how it adopts and reports sustainability practices. The internship aimed to help Petrotec - Inovação e Indústria, S.A. produce their first sustainability report using personalized recommendations.

To address the requirements established by the GRI standards, the results obtained, combined with the calculations performed during the internship, allowed for the development of a comprehensive model that can serve as the foundation for Petrotec's first sustainability report, ensuring transparency in the disclosure of indicators. In order to evaluate the company's adherence to sustainability standards and norms, the technique mainly concentrated on collecting and organizing data taken from the SAP system. This activity increases the company's position in the sector, as stakeholders place a high value on the distribution of sustainability-related information. Adopting this practice displays the company's commitment to social responsibility. The report is designed to serve as a basis and incentive for future projects, as well as the establishment of a more sustainable organizational culture.

Keywords: *Environmental Impacts; Family Firms; GRI (Global Reporting Initiative); Social Impacts; Sustainability.*

ÍNDICE

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros	ii
Agradecimentos	iii
Declaração de integridade	iv
Resumo	v
Abstract	vi
I. Introdução	1
1.1. Enquadramento e motivação.....	1
1.2. Estrutura do relatório	2
II. Enquadramento teórico	4
2.1. Relatórios de sustentabilidade e desempenho das empresas	4
2.2. Empresas Familiares e o Reporte da Sustentabilidade	5
2.3. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	10
2.3.1. Dimensão Económica.....	12
2.3.2. Dimensão Social	13
2.3.3. Dimensão Ambiental	13
III. Elaboração de relatórios de sustentabilidade	15
3.1. Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade.....	15
3.2. Padrões GRI	16
3.3. Regulação.....	19
3.4. Barreiras, dificuldades, desafios.....	23
IV. Apresentação da empresa	25
4.1. História do Grupo Petrotec	25
4.2. Estrutura e atividade	26
V. Objetivos do estágio e descrição das tarefas	28
5.2. Método de pesquisa.....	28
5.3. Tarefas realizadas.....	29
5.4. Apresentação dos resultados.....	30
VI. Reflexão crítica: contributos para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade da Petrotec – Inovação e Indústria S. A.	35
6.1. Contributos para a Petrotec – Inovação e Indústria S. A.....	35

6.2.	Reflexões finais	36
VII.	Referências bibliográficas	38
VIII.	Anexos	47

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Marcos Históricos GRI	17
Figura 2 - Setores das Normas GRI	18
Figura 3 - Marcos Históricos Grupo Petrotec	25
Figura 4 - Conselho de Administração	27

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Temas materiais	31
Tabela 2 - GRI 2: Conteúdos Gerais	47
Tabela 3 - Indicadores materiais	49

LISTA DE ABREVIATURAS

CBAM – Carbon Border Adjustment Mechanism

CSDDD – Corporate Sustainability Due Diligence Directive

CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive

EF – Empresas Familiares

ESG – Environmental, Social and Governance

GRI – Global Reporting Initiative

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

RSE – Responsabilidade Social das Empresas

I. Introdução

1.1. Enquadramento e motivação

O presente relatório de estágio enquadra-se no âmbito de um estágio curricular com a duração de 3 meses, desenvolvido na empresa Petrotec – Inovação e Indústria S. A. cuja atividade principal é a produção e comercialização de equipamentos e sistemas para as áreas de armazenamento, distribuição e retalho da indústria petrolífera. A realização do estágio, teve como propósito dar um contributo para resolver o problema relacionado com o facto de a Petrotec – Inovação e Indústria S. A. não possuir, à data do estágio, um documento que servisse de base para a redação de um relatório de sustentabilidade. Assim, o objetivo definido inicialmente para o relatório de estágio consistia na redação do primeiro relatório de sustentabilidade da empresa, no entanto, devido a vicissitudes várias que inviabilizaram a prossecução deste objetivo, o presente relatório teve como foco a elaboração de um documento de orientação para a elaboração do relatório de sustentabilidade da Petrotec – Inovação e Indústria, S.A.

No setor da indústria transformadora existe, cada vez mais, uma pressão maior para a monitorização, análise e reporte de sustentabilidade da empresa imposta, diretamente, pela regulação ambiental e, indiretamente, pela crescente consciencialização por parte dos consumidores para as questões da sustentabilidade ambiental e social das empresas. No entanto, independentemente destes esforços, permanecem questões sobre a forma como os produtores devem desenvolver, implementar e reportar as suas atividades de sustentabilidade.

Os relatórios de sustentabilidade podem ser vistos como uma ferramenta crucial para as organizações, contribuindo para fornecer uma visão abrangente às partes interessadas, sobre o seu impacto social, económico e ambiental. Perante as crises globais relacionadas com o meio ambiente, surgem inquietações relativamente à sustentabilidade ambiental das empresas. Face a essas exigências, muitas empresas, optam por divulgar informações de sustentabilidade (Abeydeera, 2016), outras fazem-no por requisito legal.

No entanto, em Portugal parece observar-se uma tendência contraditória, com uma diminuição das empresas que adotam esta prática de reporte. Efetivamente, um estudo da KPMG International mostra que, em Portugal, no ano de 2017 cerca de 80% das empresas reportavam informações não financeiras, enquanto, em 2020 essa percentagem diminuiu para 72% (KPMG International, 2020).

Esta diminuição do reporte de informações não financeiras pode ser explicada, pelo facto de, em Portugal existir um grande número de pequenas e médias empresas que muitas vezes não possuem conhecimento, nem recursos financeiros para produzirem relatórios de sustentabilidade. Ainda assim, com o passar do tempo, as empresas começam a ganhar consciência da crescente ligação entre práticas sustentáveis e sucesso (Fernando et al., 2019). Assim, proteger os interesses das partes interessadas resulta em diferentes benefícios, permitindo obter melhores retornos a curto e a longo prazo.

A sustentabilidade corporativa tem-se tornado cada vez mais integrada com as estratégias organizacionais, influenciando as relações das empresas com os *stakeholders* e também ao longo das cadeias de valor. A adoção de práticas sustentáveis é crucial, não apenas para garantir o sucesso das empresas a longo prazo, mas também para gerar impactos positivos na sociedade e no meio ambiente onde atuam. Essas práticas são úteis na identificação e na gestão de riscos internos e externos, além de oferecerem uma vantagem competitiva no mercado, contribuírem para a redução de custos, para o fortalecimento das relações com as partes interessadas e a prevenção de problemas legais e danos à reputação. Assim, é fundamental que as empresas integrem essa filosofia nas suas práticas e atividades (Basto, 2023). No decorrer das últimas décadas, os princípios de responsabilidade social das empresas (RSE) têm-se tornado centrais no plano de estratégia de inúmeras empresas, devido à existência de uma maior sensibilização, por parte das mesmas, relativamente a questões sociais e ambientais, que contribui para uma boa imagem no mercado. Existindo por essa razão, alguma evidência de empresas relatarem apenas os aspetos positivos no relatório de sustentabilidade, pratica enquadrável no termo genérico de *green washing* (Carp et al., 2019).

1.2. Estrutura do relatório

O presente relatório de estágio está dividido em cinco capítulos. Relativamente ao primeiro capítulo pretende-se apresentar uma contextualização do trabalho do relatório.

No segunda capítulo é realizado um enquadramento teórico explorando a literatura existente acerca das empresas familiares e da importância dos relatórios de sustentabilidade para as organizações.

De seguida, o terceiro capítulo apresenta a estrutura dos relatórios de sustentabilidade, com foco para as normas de reporte Global Reporting Initiative (GRI). Foi também apresentada a regulação europeia, e as principais barreiras e dificuldades aliadas à realização de relatórios de sustentabilidade.

No quarto capítulo do relatório encontra-se a apresentação da empresa que acolheu o estágio, a Petrotec

– Inovação e Indústria, S. A. onde é descrita a estrutura e as atividades da empresa. Por fim, o quinto capítulo destina-se à descrição dos objetivos, das tarefas realizadas, do método de pesquisa utilizado e consta, ainda, a apresentação de resultados.

II. Enquadramento teórico

2.1. Relatórios de sustentabilidade e desempenho das empresas

Os relatórios de sustentabilidade têm como principal objetivo a demonstração de transparência e a prestação de contas sobre o desempenho das organizações em relação ao desenvolvimento sustentável. Surgem como uma ferramenta essencial para a divulgação de práticas ambientais, sociais e económicas, respondendo à crescente exigência de responsabilidade por parte de diversos *stakeholders*, como clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e comunidades locais.

A questão para a qual se procura dar resposta é, por que razão as empresas optariam por elaborar relatórios de sustentabilidade de forma voluntária, na ausência de uma obrigação legal? A resposta pode ser encontrada na compreensão de que, ao comunicarem os impactos das suas atividades e adotarem uma postura de transparência, as empresas não apenas reforçam a sua reputação, como também fortalecem relações com as partes interessadas, ganham legitimidade e alinham-se com expectativas sociais emergentes.

Assim, os relatórios de sustentabilidade assumem um papel estratégico, pois contribuem para a integração de critérios sustentáveis nas decisões empresariais, promovendo a ética e a sustentabilidade corporativa. As organizações enfrentam, cada vez mais, tanto oportunidades quanto desafios relacionados com o desenvolvimento sustentável, como é o caso dos fatores ESG (Environmental, Social and Governance) (Li et al., 2021). Ainda que a regulação tenha um papel relevante, é também a compreensão da importância dos temas ESG no desempenho organizacional — inclusive financeiro — que leva as empresas a divulgar, voluntariamente, informações não financeiras.

Relativamente ao efeito dos Relatórios de Sustentabilidade no desempenho das empresas, a literatura apresenta evidências mistas.

Segundo Broadstock et al., (2021), as empresas que possuem uma classificação positiva em aspetos relacionados com a sustentabilidade parecem estar menos expostas aos riscos, o que, consequentemente atrai mais investimentos e retornos de ações mais elevados.

Resultados idênticos foram obtidos por Lehenchuck et al., (2023). Este estudo, que investigou o impacto dos relatórios de sustentabilidade no desempenho financeiro das empresas, com base numa amostra de empresas turcas de alguns setores tradicionais, não encontrou evidência de impacto estatisticamente significativo nas medidas de desempenho financeiro utilizadas.

Ao contrário, num estudo anterior, Abdulrahman Anam et al., (2011), identificaram, uma relação positiva entre transparência, divulgação de informações e valorização da empresa. Segundo a pesquisa, a transparência facilita a avaliação da qualidade dos preços das ações, o que contribui para o aumento do valor da empresa. Assim, uma maior divulgação de informações acerca de sustentabilidade, tende a ter um impacto favorável no valor da empresa (Bata, T. 2020).

2.2. Empresas Familiares e o Reporte da Sustentabilidade

As empresas familiares (EF), têm um peso significativo na generalidade das economias. Segundo dados da Comissão Europeia, as empresas familiares representam mais de 60% de todas as empresas europeias, o que representa, em média mais de 40 a 50% de todos os postos de trabalho. Em Portugal, a Associação das Empresas Familiares, estima que as empresas familiares representam mais de 70% do tecido empresarial português, contribuindo para 65% do Produto Interno Bruto (PIB) e para 50% do emprego. As empresas familiares são, portanto, a forma de negócio predominante na maioria das economias salientando-se o seu contributo para a criação de emprego e o produto interno (Comino-Jurado et al., 2021).

A caracterização de uma empresa familiar (EF) varia consoante o contexto, as circunstâncias e depende, também, das perspetivas dos investigadores. Por essa razão, importa afirmar que não existe apenas um conceito de empresa familiar. No entanto, em geral, vários estudos afirmam que o facto de a família se envolver no negócio, é o que faz do negócio diferente.

Posto isto, parece haver um consenso quando a considerar EF, uma empresa que seja gerida e que pertença a uma família nuclear. A dinâmica familiar afetará as decisões e as ações do respetivo negócio, e é o facto dessa dinâmica estar envolvida no negócio que torna uma empresa familiar única.

Ao nível da governação, se por um lado as empresas familiares possuem vantagem de beneficiar do envolvimento da família, tanto na propriedade como na gestão, por outro lado, as empresas necessitam

de profissionalização, o que pode implicar a contratação de pessoas externas à família, uma vez que podem enfrentar limites no que diz respeito ao conhecimento e às competências disponíveis no meio familiar. Alguma evidência empírica, mostra que possuir gestores externos à família pode ser particularmente benéfico para as empresas familiares, sobretudo se apresentarem um desempenho abaixo da média (Fang et al., 2021).

Considerando que estas empresas possuem características distintas, tem-se observado que, pela sua própria natureza, tendem a adotar uma visão a longo prazo, centrada na continuidade para as futuras gerações. Essa perspectiva leva-as a valorizar práticas sustentáveis, já que a preservação de recursos e o fortalecimento das relações sociais são fundamentais para assegurar a sua viabilidade futura (Miller & Breton-Miller, 2005). Alguns autores defendem que a orientação a longo prazo das empresas familiares as torna mais propensas a envolverem-se em atividades ESG, refletindo assim, um compromisso com as próximas gerações e com o bem-estar da comunidade (Dou et al., 2019; Sun et al., 2024; Tseng, 2020). Por outro lado, outros autores defendem que o controle por parte da família pode originar conflitos com os acionistas não familiares, reduzindo os incentivos para a adoção de práticas ESG (Aman et al., 2021). Para além disso, as estruturas de empresas familiares podem introduzir assimetrias de informação o que poderá dificultar a adoção de práticas ESG (García-Sánchez et al., 2021; Lien et al., 2016).

Com o aumento da exigência de transparência e de responsabilidade corporativa, as empresas têm, cada vez mais, adotado práticas sustentáveis. Os relatórios de sustentabilidade, podem ser vistos como um meio de demonstrar o seu compromisso às partes interessadas.

No entanto, a partilha de informação com as partes interessadas, traz alguns desafios para as empresas. Para as EF, a partilha de informação pode ter como consequência diversos custos associados ao controlo e à posse da empresa por parte da família (Dye, 1990).

Por um lado, os relatórios de sustentabilidade podem trazer benefícios estratégicos e financeiros. A divulgação voluntária de informações não financeiras, reforça a credibilidade da empresa e facilita o seu crescimento a longo prazo (Martin et al., 2016). Contudo, ao lidar com as decisões relativas à divulgação voluntária, as empresas familiares enfrentam um problema, entre os benefícios de satisfazer as expectativas das partes interessadas e os custos associados a essa mesma divulgação voluntária.

Por outro lado, vários estudos encaram as características das empresas familiares como um entrave na redação de relatórios de sustentabilidade. De acordo com Ananzeh, (2022), os relatórios são um ponto negativo para estas empresas, por diversas razões. À cultura das empresas familiares está associada uma maior reserva quanto às suas práticas, ou seja, as EF acabam por ser mais discretas do que as outras empresas. A maior parte das EF são empresas de pequena ou de média dimensão, por essa razão, a limitação de recursos, tanto financeiros, como humanos, poderá ser um entrave à realização de relatórios de sustentabilidade.

A natureza das EF, é um fator importante, que poderá explicar a heterogeneidade nas práticas de relatos de sustentabilidade (Block & Wagner, 2014). Para estes autores, nas EF existe uma combinação e interação entre a família e a empresa, o que, acaba por ter um impacto significativo na forma de estabelecimento de metas, nos processos de tomada de decisão, e no comportamento, tornando, as EF, empresas orientadas para o longo prazo e sempre muito adversas ao risco.

A literatura apresenta vários argumentos a favor da ideia de que as empresas familiares são mais orientadas para apresentar relatórios de sustentabilidade:

- i) Em primeiro lugar, o facto do nome da família, estar ligado à empresa, pode levar a boas práticas ambientais, por uma questão de reputação. Segundo Dyer & Whetten (2006), este fator aumenta a preocupação sobre o efeito que o comportamento irresponsável em relação ao ambiente pode ter na reputação da família.
- ii) Além disso Terlaak et al., (2018), argumentaram que as EF são mais propensas do que outras empresas a fornecer informações não financeiras de forma voluntária, pois os benefícios da partilha de informação acabam por exceder os custos da mesma, sobretudo, quando o CEO da empresa pertence à família. Nesses casos, quando o controlo familiar é mais elevado, os benefícios superam as implicações negativas da partilha de informações não financeiras.
- iii) Por fim, a estratégia da partilha voluntária cria uma reputação de transparência que contribui para manter o bom nome da família (Martin et al., 2016). Segundo Hadjelijas et al., (2022), a tomada de decisões estratégicas em EF, foca-se em dois objetivos, a maximização da riqueza financeira e a preservação da riqueza social. Assim, alguns autores sugerem que as EF divulgam mais informações não financeiras (Parra – Domínguez et al., 2021), sobretudo para aumentar a credibilidade das suas ações (Maughan, 2023).

No contexto das EF, os procedimentos de gestão são distintos dos adotados pelas empresas não familiares, uma vez que a família acaba por ser uma parte interessada na empresa, e a governação da mesma acaba por afetar a disponibilidade da empresa para realizar relatórios de sustentabilidade. O controlo familiar afeta, de um modo geral, positivamente a divulgação de práticas de sustentabilidade quando está associado à influência direta da família nos negócios, mas não quando está associada à influência indireta. Quando a família exerce influência indireta apenas por meio da propriedade, sem se envolver diretamente no negócio, a divulgação de sustentabilidade está negativamente associada ao grau de participação familiar (Gavana et al., 2016).

A adoção, por parte das empresas, de relatórios de sustentabilidade não ocorre sem motivo. Existem influências, internas e externas, e ainda fatores que motivam ou que, desencorajam, as empresas a adotar esta prática. São diversos os fatores que podem motivar esta prática, funcionando, a partilha de informação como um mecanismo de resposta à procura das suas partes interessadas, sendo elas, colaboradores, investidores, gestores, fornecedores, clientes, e até mesmo, a sociedade em geral. Desta forma, acaba por contribuir para melhorar a relação da empresa com as partes interessadas, resultando num melhor desempenho para as empresas (Al-Tuwaijri et al., 2004).

Outro fator que motiva o reporte de informações não financeiras é o facto, das características da natureza das EF permitirem que as mesmas tenham um maior potencial para enfrentar os desafios futuros (Van Gil et al., 2014), dado que, as EF possuem uma perspetiva a longo prazo, têm fortes ligações com a comunidade, possuem ainda valores e uma cultura empresarial forte, entre outras.

Para as EF, a reputação é algo valioso, pois ao contrário das outras empresas, não afeta apenas o desempenho corporativo, mas também o nome da família (Zellweger et al., 2013), assim, as empresas familiares prestam mais atenção à reputação para evitar denegrir o nome da família. Ou seja, as empresas familiares estão mais dispostas a proteger e a fortalecer a sua imagem na comunidade (Gómez-Melia et al., 2014), juntamente com o desejo de prolongar a empresa, de uma forma sustentável, para a próxima geração (Ward, 2016).

De acordo com a literatura, o envolvimento da família impacta, de forma negativa, os relatórios de sustentabilidade devido, sobretudo, ao medo de perder o controlo sobre o negócio (Brunelli et al., 2024). O argumento é que a partilha de informação atrairia mais capital externo, o que poderia diluir o controlo da família sobre a empresa (Graham, Harvey & Rajgopal, 2005). Existem ainda autores que interpretam

as características específicas das EF, como um entrave à realização de relatórios de sustentabilidade, assim como à qualidade dos mesmos (Ananzeh, 2022; Al Nashef & Saaydah, 2021), devido sobretudo à falta de recursos especializados e financeiros, e ao facto de uma grande parte das empresas familiares, encarar o longo prazo apenas como a preservação do património da família, não significando um foco por parte da empresa na sustentabilidade.

Por fim, ainda a governação tem influência na disponibilidade da empresa em realizar relatórios de sustentabilidade. Nas EF, de acordo com Martinez Ferrero et al., (2018), como a família já detém a maior parte da informação, a transparência na divulgação de informação ambiental possui um menor impacto, na diminuição da assimetria de informação. Além disso, a centralização de informação, permite que a empresa decida, estrategicamente, o que quer ou não divulgar.

Empiricamente, Ho & Wong (2001) observaram que a percentagem de membros da família no conselho de administração, está negativamente relacionada com a divulgação de informações de forma voluntária. No entanto, Chau & Gray (2010) encontraram uma relação positiva entre propriedade familiar e a divulgação voluntária.

Relativamente às influências externas e internas, estas são fundamentais na forma como as EF abordam os relatórios de sustentabilidade. Começando pelas influências externas, como por exemplo, a regulação ou a pressão das partes interessadas, podem incentivar ou dificultar a transparência das empresas.

Da mesma forma que as outras empresas divulgam informações ambientais, maioritariamente, para dar resposta à procura das partes interessadas, também as EF o fazem. Para Craig & Dribell (2006), o ambiente em que as EF se inserem representa um aspeto intangível que as empresas protegem, pois é considerado uma fonte de vantagem competitiva sustentável (Sageder et al., 2018).

Relativamente às influências internas, pelo facto de, nas EF, o nome da família estar associado à empresa, existe uma maior preocupação com a reputação, o que poderá levar a um maior compromisso com a transparência e a responsabilidade social, aumentando assim, a monitorização externa através da opinião pública.

2.3. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

O conceito de Sustentabilidade foi abordado na década de 1950 (Kidd, 1992) no seguimento de questões relacionadas com a preservação dos recursos naturais. Gladwin, Kennelly & Krause (1995) descreveram o desenvolvimento sustentável como um processo para alcançar o desenvolvimento humano de forma inclusiva, conectada, equitativa e segura. Até ao final da década de 70, o conceito de sustentabilidade referia-se apenas ao modo como determinados recursos deveriam ser explorados (Leal Filho, 2000). Atualmente, o conceito de sustentabilidade tem vindo a ganhar importância no mundo empresarial (Tjahjadi et al., 2022) e suporta a ideia de que os interesses das gerações futuras têm de ser considerados com a mesma importância e atenção dos da geração atual (Arnand & Sem, 2000).

Numa fase inicial, a regulamentação ambiental colocou dificuldades às empresas, uma vez que impunham custos muito elevados. Apesar disso, as empresas começaram a modificar os seus processos, os produtos e os modelos de negócio, tendo resultado numa produção mais eficiente e da eliminação significativa de resíduos.

O desenvolvimento sustentável não se restringe apenas às preocupações ambientais, mas implica também a concentração nas preocupações económicas e sociais.

Apesar de existirem diversas versões do conceito de desenvolvimento sustentável nas organizações, existe uma opinião que predomina: para avaliar como uma organização se está a sair no que diz respeito à sustentabilidade, a mesma tem de ser medida (Ozdemir et al., 2011), utilizando para isso os relatórios de sustentabilidade.

Elkington (1994), apresentou o conceito de Triple Bottom Line, fornecendo orientações para a medição e a avaliação do desempenho de uma determinada organização, através da ótica do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável tem por base três dimensões: o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental, o Triple Bottom Line da sustentabilidade respeita a integração dessas três dimensões. A sustentabilidade é essencialmente o equilíbrio entre esses três pilares, considerando-se por isso, que o desenvolvimento sustentável deve ser ambientalmente correto, economicamente livre e socialmente justo. Este processo é, segundo Elkington (1994), um caminho de incentivo às organizações, não só no sentido do aumento do lucro, mas também na procura de uma responsabilidade social e ambiental que o impacto do negócio em causa, provoca no planeta.

Segundo Wallner (1999), o desenvolvimento sustentável implica a adoção de estratégias inovadoras de forma a ultrapassar as dificuldades sentidas por parte das empresas na implementação das medidas impostas pela regulação. Contudo, a adoção de um sistema de produção mais sustentável, e o aumento da eficiência dos produtos pode não ser suficiente, apesar de contribuírem para melhorias significativas no grau de sustentabilidade.

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável, surge o termo de “Responsabilidade Social Corporativa” que é caracterizado pelas iniciativas que as empresas realizam, de forma voluntária, que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Essas ações vão para além dos requisitos legais aplicáveis, isto é, não se limitam apenas ao que é exigido por lei, promovendo assim um comportamento mais ético e mais sustentável por parte das empresas (Belas & Zvarikova, 2021).

Na literatura acerca da RSE/ RSC (Responsabilidade Social Corporativa) existe um consenso de que os benefícios superam os custos potenciais, dado que, uma qualidade superior nas práticas de RSE tem o potencial de afetar, de forma positiva, o valor da empresa, tanto no curto, como no longo prazo. Consoante a estrutura e os objetivos de práticas de RSE, as empresas obtêm diferentes benefícios que contribuem para melhorar o valor da empresa, entre os quais se pode destacar: (1) a competitividade no mercado; (2) a eficiência operacional; (3) maior produtividade dos colaboradores (Malik, 2014).

Assim, alinhar as ações sociais com os objetivos corporativos, com a finalidade de obter uma atuação mais intensa nos domínios ESG, pode permitir às empresas maximizar o seu valor, uma meta que é considerada o objetivo prioritário das empresas (Malik, 2014).

Uma das grandes dificuldades na literatura acerca da RSE, é a definição do que consiste em concreto, isto é, não há clareza sobre o que deve ser incluído na definição do conceito de RSE. Por esse motivo, surgem estudos que procuram identificar e quantificar as categorias que podem ser importantes de considerar para a construção de uma ligação entre as práticas de RSE e os seus resultados. No entanto, todos os métodos utilizados apresentam limitações. Para que este problema seja resolvido, é necessário que as práticas de RSE sejam medidas de forma consistente e uniforme. Assim, caso seja possível medir e comparar as atuações ESG entre empresas, é possível comparar os seus valores e desempenhos e medir a relação entre atuação ESG e o desempenho da empresa.

Existe um debate sobre se o comportamento socialmente responsável de uma empresa pode ser compatível com o objetivo de maximizar os interesses das partes interessadas, Aupperle et al., (1985), defendem que as práticas de RSE geram alguns custos adicionais que são suscetíveis de colocar a empresa em desvantagem. Por contrapartida, Alexander & Buchholz (1987) e McWilliams & Siegel (2000) argumentam que esses custos são mínimos quando comparados aos benefícios obtidos. Os benefícios podem ser diretos ou indiretos: diretos através de iniciativas sociais e ambientais que influenciam diretamente o valor das ações da empresa; ou indiretos através de fatores como, por exemplo, a melhoria do desempenho dos trabalhadores.

As partes interessadas possuem um papel fundamental a desempenhar na sobrevivência das empresas. O aspeto social dentro da abordagem das partes interessadas ganhou importância à medida que as empresas se começaram a concentrar, não apenas nas metas corporativas, mas também na promoção de objetivos sociais (Kleine & von Hauff, 2009). “O uso das estratégias RSE para a integração dos interesses das partes interessadas pode resultar numa situação de *win-win* que se alimenta devido aos efeitos exclusivamente positivos sobre os negócios, os clientes e o meio ambiente” (Elkington, 1994:4).

O princípio do ESG possui três dimensões, E (*environmental*), S (*social*) e G (*governance*). É um princípio utilizado pelas empresas para avaliar o comportamento das mesmas, assim como para prever o seu desempenho futuro. As dimensões do ESG, são os três principais pontos a ter em consideração, sobretudo, no processo de análise de investimento, assim como na tomada de decisão, auxiliam ainda a medir a sustentabilidade e o impacto social das atividades empresariais (Li et al., 2021).

2.3.1. Dimensão Económica

A dimensão económica estabelece a relação entre o crescimento da organização e o crescimento da economia (Alhaddi, 2015). Esta dimensão facilita ainda a sobrevivência da empresa através do auxílio na garantia da sustentabilidade da empresa, promovendo o desenvolvimento da sociedade, apoiando, consequentemente as gerações futuras (Spangenberg, 2005).

Nogueira et al., (2002), defendem que a dimensão económica possui uma influência negativa sobre o desenvolvimento sustentável, uma vez que prioriza os lucros em detrimento das preocupações

ambientais e sociais. Por outro lado, vários estudos revelam um efeito positivo na aplicação da responsabilidade social das empresas no valor corporativo e no lucro das organizações (Ardi et al., 2021).

A sustentabilidade é um dos principais objetivos para as empresas que pretendem entrar em determinados mercados. Appolloni et al., (2022), defendem que a competitividade entre as empresas não depende apenas das suas características, mas também dos seus ideais. A integração coerente das três dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável, obriga a empresa a considerar todas as dimensões de forma semelhante e equitativa.

2.3.2. Dimensão Social

A dimensão social de uma empresa envolve o impacto direto na segurança, na saúde e no bem-estar dos seus trabalhadores, assim como da sociedade em geral. Determinados aspetos como, o direito à educação, o direito de oportunidades, a rejeição da discriminação e a prática de remunerações justas são alguns exemplos fundamentais para promover um ambiente de trabalho inclusivo e equitativo (Correia, 2019).

Ignorar esta dimensão poderá comprometer o desempenho e a sustentabilidade do negócio, uma vez que, a dimensão social está ligada à satisfação dos trabalhadores, bem como à fidelização dos clientes, que, cada vez mais associam a qualidade dos produtos e/ou serviços à RSE (Belas & Zvarikova, 2021).

2.3.3. Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental de uma organização baseia-se em práticas que não comprometam os recursos naturais para as gerações futuras, sendo por lógica esse o princípio fundamental desta dimensão (Alhaddi, 2015). Na dimensão ambiental estão presentes práticas, como por exemplo a utilização eficiente de energia e a redução da produção de resíduos com o objetivo de minimizar o impacto ambiental.

A visão de que a sustentabilidade ambiental representa um entrave ao crescimento económico tem sido progressivamente contestada (Nogueira et al., 2022). Alhaddi, (2015) refere que as empresas que estão focadas nesta dimensão, tendem a possuir uma maior capacidade de resistir a recessões económicas, obtendo por isso, vantagens financeiras em relação às empresas concorrentes, através da redução dos

custos operacionais e do aumento das receitas por meio de produções sustentáveis, o crescimento de produtos e de serviços verdes no mercado parece apoiar esta perspectiva (Correia, 2019).

III. Elaboração de relatórios de sustentabilidade

3.1. Conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade

Com o aumento das preocupações com as condições ambientais e sociais, as comunidades empresariais e de investimento estão a exigir vários tipos de informações de sustentabilidade, para a tomada de decisão (Delmas & Burbano, 2011).

Segundo Gray (2000), os relatórios de sustentabilidade podem ser definidos como “a preparação e a publicação de um relato sobre as interações e as atividades sociais, ambientais, de colaboradores, da comunidade, do cliente e de outras partes interessadas de uma organização e, sempre que possível, as consequências dessas interações e atividades” (p.250).

Segundo Kolk (2005) estima-se, que a prática de elaboração de relatórios de sustentabilidade tenha surgido na década de 1970, quando os relatos sobre aspetos sociais e ambientais começaram a despertar a curiosidade dos académicos e dos gestores. O principal objetivo dos relatórios é fornecer informações acerca das suas atividades e dos seus produtos para as partes interessadas, internas e externas, assim como impactos positivos e negativos da própria empresa na sociedade (Herzig & Schaltegger, 2006).

A divulgação de resultados não financeiros e as práticas sustentáveis têm vindo a aumentar e a tornar-se cada vez mais comum dentro das empresas (Perello – Martin et al., 2022). O principal objetivo de tornar todos os resultados das empresas (não apenas os financeiros) transparentes, é para que todas as partes interessadas possam ter conhecimento não apenas dos resultados financeiros, mas também do contributo social e ambiental da empresa (Masum et al., 2020). Como parece lógico, há um maior desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade em empresas cujas sedes se situam em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento, sobretudo devido ao facto de existir falta de conhecimento, de experiência, e ainda um custo considerável associado à elaboração de relatórios de sustentabilidade (Masum et al., 2020).

Um dos principais problemas apontados aos relatórios de sustentabilidade, é a falta de uniformidade, tanto em termos de critérios como de metodologia proposta, o que acaba por dificultar a comparação e a avaliação do desempenho de sustentabilidade das organizações. Algumas ferramentas concentram-se

na medição do desempenho (passado e atual) e outras enfatizam o potencial de melhorar o desempenho futuro com base nas práticas de gestão atuais (Delmas & Blass, 2010).

No contexto dos relatórios de sustentabilidade, a publicação de um relatório poderá ser considerada eficaz se as informações fornecidas no mesmo, constituírem uma base para a integração entre a empresa e os seus *stakeholders*. As partes interessadas, internas e externas da empresa, devem ser capazes de analisar as informações, mais relevantes para elas, relacionadas com a sustentabilidade e agir de acordo, ou seja, recompensar os desempenhos positivos e sancionar os negativos e assim, impulsionar a melhoria do desempenho em sustentabilidade (Barkemeyer et al., 2015).

3.2. Padrões GRI

O principal objetivo dos relatórios de sustentabilidade é a transparência e a prestação de contas às diversas partes interessadas, sobre o desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo tanto os fatores positivos como os negativos.

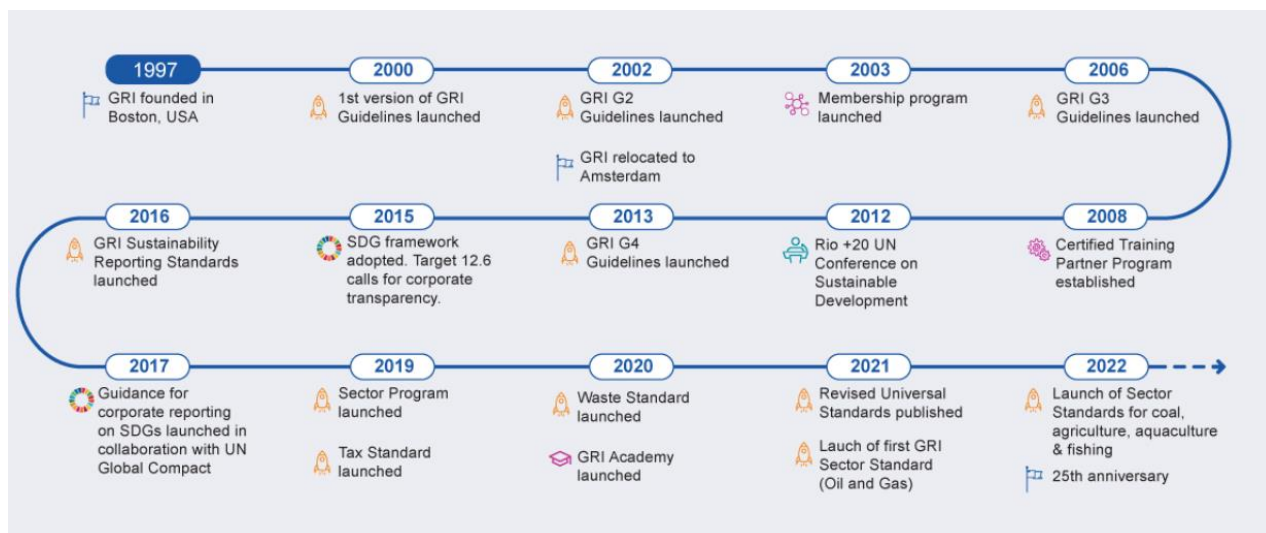
Para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, as diretrizes e os regulamentos são aspetos importantes. A padronização e a legislação desempenham um papel fundamental, com foco particular nas diretrizes GRI, as diretrizes mais utilizadas em todo o mundo (Global Reporting Initiative).

A Global Reporting Initiative (GRI) foi fundada em 1997, em Boston, é uma organização internacional, não governamental cuja sede se situa em Amesterdão. A sua missão passa, essencialmente, por satisfazer a necessidade de transparência da informação relativa à sustentabilidade, oferecendo assim, uma estrutura para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. O principal foco é o desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde aspetos relacionados com a sustentabilidade económica, social e ambiental das organizações. De acordo com a visão da GRI, os relatórios devem ser rotineiros e passíveis de comparação com os relatórios financeiros (GRI).

Em 2000, foi publicada a primeira versão de diretrizes que fornecem uma estrutura global para os relatórios de sustentabilidade. Dois anos depois, foi feita uma atualização nas diretrizes, e a G2 foi lançada. Consoante a procura por relatórios de sustentabilidade aumentava, as diretrizes foram melhoradas, surgindo, a G3 (2006) e a G4 (2013). Em 2016, a GRI deixou de fornecer diretrizes para definir os primeiros padrões globais para os relatórios. No entanto, os padrões continuam a ser atualizados, incluindo novos padrões temáticos sobre impostos (2019) e sobre resíduos (2020), e uma grande atualização sobre os três padrões universais (2021). Nesse mesmo ano também foram

adicionados novos padrões setoriais. A Figura 1 ilustra a evolução das normas GRI, desde a sua fundação em 1997, até 2022, ano em que foram implementadas novas normas setoriais para a indústria de extração de carvão, a agricultura, a aquacultura e a pesca.

Figura 1- Marcos Históricos GRI



Fonte: GRI, About GRI (2025)

Os relatórios de sustentabilidade foram concebidos para serem utilizados por organizações de qualquer dimensão, setor, ou localização e descrevem os conteúdos gerais e específicos por setor. Baseiam-se num conjunto de princípios e de orientações para estabelecer o conteúdo, assegurar a qualidade e definir os limites do relatório, para que seja possível estabelecer as informações padrão.

Para apoiar as empresas na divulgação de informações acerca da sustentabilidade, surgiram alguns elementos como, estruturas, relatórios e iniciativas, também com o objetivo de incentivar a elaboração e a partilha de relatórios de sustentabilidade (European Financial Reporting Advisor Group, 2021).

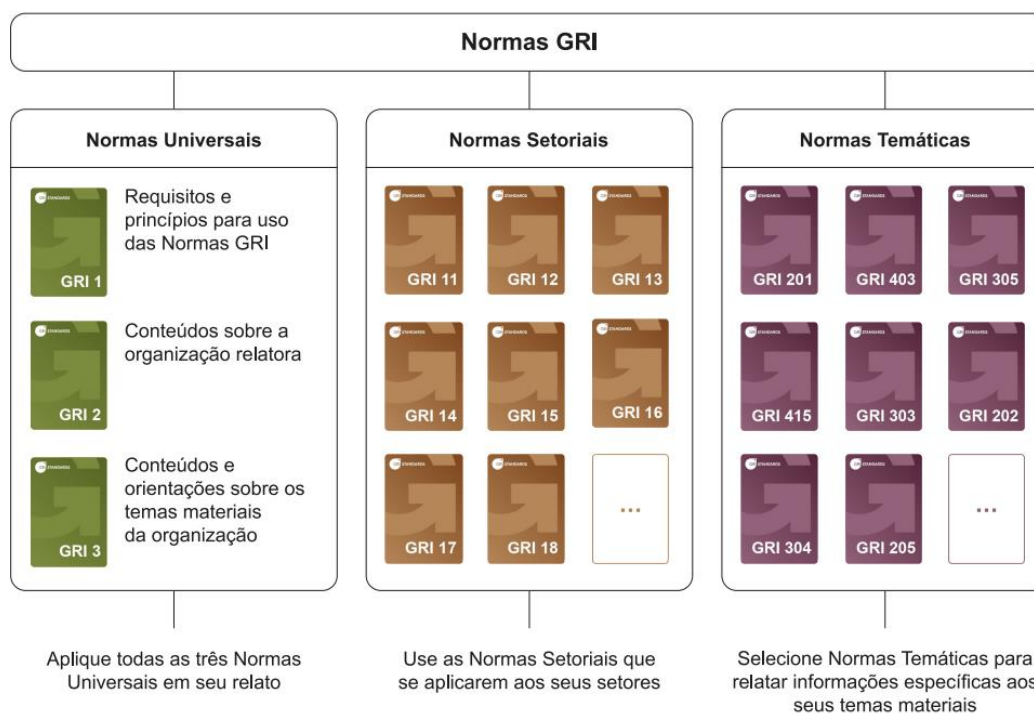
Os relatórios de sustentabilidade GRI reúnem um conjunto de orientações e apresentam uma estrutura que é globalmente aceite para a elaboração dos mesmos.

Relativamente à estrutura, os relatórios de sustentabilidade GRI estão divididos em três partes (figura 2):

- i. Normas universais – direitos humanos, preocupações ambientais;
- ii. Normas setoriais – acerca dos impactos específicos do setor em causa;
- iii. Normas temáticas – divulgações relevantes para um tópico específico.

Nas Normas GRI estão integradas divulgações que fornecem meios estruturados para que a organização tenha a capacidade de reportar impactos e informações. As divulgações podem ter requisitos, onde se listam informações que a organização deve reportar ou as instruções que deve cumprir e relatar de acordo com as normas GRI, podem ainda incluir recomendações, nos casos em que uma ação é incentivada, mas não é obrigatória.

Figura 2 - Setores das Normas GRI



Fonte: GRI (2025)

As Normas Universais GRI, aplicam-se a todos os tipos de organizações e correspondem às diretrizes gerais para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, de acordo com o referencial da GRI. Todas as empresas reladoras GRI devem aplicar as três normas universais de forma obrigatória (GRI):

- GRI 1: Fundação 2021 – define o propósito das Normas GRI e o modo de utilização, clarificando conceitos base. Enumera os requisitos que a organização deve cumprir para a construção do relatório em conformidade com as Normas GRI, especificando os princípios fundamentais para a elaboração de relatórios de qualidade, tais como a comparabilidade, a verificabilidade e a clareza dos dados (GRI 1);
- GRI 2: Divulgações Gerais 2021 - contém orientações para práticas de apresentação de relatórios e outros detalhes da organização, assim como: atividades e trabalhadores; governação;

estratégias; políticas; e o envolvimento das partes interessadas. Permitem esclarecer o perfil da organização, ajudando-a na deteção e compreensão dos seus impactos (GRI 2);

- GRI 3: Temas Materiais 2021 - enumera os passos a seguir para a organização poder determinar os tópicos materiais mais relevantes associados aos seus impactos, descrevendo o modo como as normas setoriais são utilizadas neste processo. Inclui ainda conteúdos que a organização utiliza para relatar informações acerca do seu processo de definição de temas e o modo como gere cada tópico (GRI 3).

As Normas Setoriais GRI pretendem aumentar a qualidade e a consistência dos relatórios de sustentabilidade. O objetivo passa por desenvolver normas para os diversos setores industriais, começando por aqueles que geram um maior impacto para o planeta. Para o GRI, um tópico considera-se material sempre que tenha um impacto significativo na avaliação e na decisão de uma parte interessada, ou que tenha impactos económicos, ambientais ou sociais importantes (GRI). As normas setoriais listam tópicos materiais que provavelmente serão materiais para uma grande parte das organizações desse mesmo setor.

Relativamente às Normas Temáticas GRI, estas funcionam como orientações para o fornecimento de informações acerca de temas específicos, como por exemplo, o desempenho económico, os materiais utilizados e a segurança no trabalho. Possuem uma visão geral e orientações específicas ao tema, auxiliando as organizações a gerir os impactos associados à sua atividade (GRI).

Os padrões GRI têm desempenhado um papel de liderança no desenvolvimento de relatórios voluntários de sustentabilidade, antes dos relatórios de sustentabilidade serem obrigatórios (Carungu et al., 2022). A adoção voluntária das normas GRI, por parte das empresas, ao longo dos últimos anos, tornaram-nas as normas mais relevantes a serem utilizadas na elaboração de relatórios de sustentabilidade (Villiers et al., 2022). De acordo com o membro do conselho de administração das normas GRI, Eric Hespenheide, partilhar informações, globalmente, através das normas GRI, permite comparar os impactos económicos, ambientais e sociais, o que permite dar suporte ao processo de tomada de decisão (KPMG International, 2020).

3.3. Regulação

Nos países da União Europeia, os relatórios de sustentabilidade, para a maioria das empresas, já não são voluntários. Os relatórios de sustentabilidade são obrigatórios, para empresas com mais de 500

funcionários, para empresas com mais de 450 milhões de euros de faturação por ano e ainda para empresas não europeias, mas que possuam transações significativas na Europa. A partir de 2025, esta obrigatoriedade estendeu-se, também, para as empresas médias (com mais de 250 funcionários ou 40 milhões de faturação por ano).

A União Europeia tem-se destacado através da introdução de regulamentos ESG abrangentes que possuem implicações para as empresas que operam dentro do seu espaço. As normas europeias referentes à sustentabilidade estão a transformar a forma como as empresas abordam a responsabilidade ambiental, social e de governação. Existem várias normas, sendo as mais relevantes a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e a *Corporate Sustainability Due Diligence Directive* (CSDDD). As diretivas mencionadas, estabelecem requisitos para a transparência nas práticas empresariais e a devida diligência ao longo das cadeias de valor, reforçando assim, o compromisso da União Europeia com uma economia sustentável.

A CSDDD foi aprovada, em 2024, reforçando o compromisso da União Europeia com os direitos humanos e a gestão ambiental. De acordo com a CSDDD as empresas devem identificar, prevenir, mitigar e contabilizar os impactos da sustentabilidade nas suas atividades e ao longo das cadeias de valor. Através da adoção desta diretiva, aprovada pelo Conselho da União Europeia, a União Europeia propõe-se continuar a promover a responsabilidade e a sustentabilidade empresarial e a incorporação de práticas éticas e sustentáveis nas atividades empresariais.

Inicialmente, a CSDDD previa a aplicação a um número mais elevado de empresas. No entanto, a atual diretiva, restringe a sua obrigatoriedade a empresas com um volume de negócios líquido mundial superior a 450 milhões de euros, por ano, reduzindo o número de empresas abrangidas de 6800 para aproximadamente 5300. A CSDDD destina-se a empresas da União Europeia que excedam o limite financeiro definido e ainda às empresas de países terceiros que possuam operações significativas na União Europeia.

As empresas abrangidas pela diretiva, devem cumprir determinadas responsabilidades, sendo elas:

- A realização da devida diligência das suas operações e da respetiva cadeia de valor, de forma a identificar, prevenir e mitigar os diversos impactos nos direitos humanos e no ambiente;

- Desenvolver e implementar estratégias eficazes, incluindo as mesmas nos seus processos de negócio;
- Manter-se atualizada com a evolução dos padrões e das expectativas, utilizando a diretiva como uma estrutura capaz de promover a inovação, aumentar a sustentabilidade e, ainda, construir cadeias de fornecedores resilientes.

O processo de “*due diligence*” estabelecido na diretiva abrange as seis etapas definidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para uma conduta empresarial responsável:

- i) incorporação da conduta empresarial responsável nas políticas da empresa;
- ii) a identificação e a avaliação de impactos efetivos e potenciais associados às operações da empresa;
- iii) a interrupção, mitigação e prevenção de impactos;
- iv) a abordagem da implementação e dos resultados do processo de devida diligência;
- v) a comunicação às partes interessadas relativamente à forma como os impactos causados estão a ser tratados;
- vi) a prestação/cooperação para remediar os danos, quando necessário.

Relativamente à sustentabilidade corporativa, a diretiva estabelece, como referido anteriormente, o dever de diligência para as grandes empresas identificarem e abordarem impactos nos direitos humanos e no ambiente. Além disso, a diretiva estabelece a obrigação das empresas adotarem e colocarem em prática um plano de transição para mitigação das mudanças climáticas que tem como finalidade garantir, que o modelo de negócio e a estratégia da empresa sejam compatíveis com a transição para uma economia sustentável. Os principais deveres de diligência, no âmbito da diretiva, incluem algumas ações, tais como a integração da devida diligência nas políticas corporativas e nos sistemas de gestão de riscos, a identificação de impactos adversos aos direitos humanos e ao ambiente nas operações da empresa, bem como nas subsidiárias, e nos parceiros de negócio. As empresas têm de prevenir ou mitigar impactos potenciais e, quando os impactos negativos já tenham ocorrido, terminar com os mesmos ou, quando não for possível de imediato, minimizar as suas consequências. As empresas são ainda responsáveis por fornecer soluções se elas causaram o impacto ou contribuíram para o mesmo, através de atos ou omissões. Para finalizar, antes de ser tomada uma medida extrema, as empresas devem optar pelas outras ações, no entanto, se todas as outras falharem e os impactos negativos forem elevados, a empresa será obrigada a terminar a sua relação comercial. No entanto, esta opção só deve ser tomada se não existir outra que minimize os danos.

Assim, em suma, as empresas abrangidas pela diretiva possuem a obrigação de envolver as partes interessadas, isto é, consultar as mesmas ao longo do processo, estabelecer e manter um procedimento para notificar as mesmas, monitorizar a eficácia das medidas de “due diligence” e, por último, comunicar, de forma pública, acerca da devida diligência de acordo com a diretiva de relatórios de sustentabilidade corporativa e as normas europeias de relatórios de sustentabilidade.

Mais recentemente, em fevereiro de 2025, a Comissão Europeia desenvolveu uma proposta diretamente relacionada com a responsabilidade das empresas relativamente às suas obrigações ambientais, sociais e de governação, a proposta Omnibus.

A Omnibus vai ao encontro da ideia de que as empresas devem integrar a sustentabilidade nas suas decisões estratégicas, com o mínimo de burocracia exigida. Propõe alguns ajustes na CSRD, tornando-a mais simples, o que, acaba por ter impacto na responsabilidade das empresas pois, para as empresas de menor dimensão, será possível adotar normas de relato de sustentabilidade mais acessíveis, o que contribui para uma maior adesão, por parte das empresas à divulgação transparente de informações e evitar o *greenwashing* (prática através da qual as empresas apresentam a adoção de práticas sustentáveis, no entanto, as ações efetuadas, são contrárias).

De acordo com a KPMG (2025), a proposta Omnibus propõe, também, alterações nos prazos que as empresas possuem para apresentar os seus relatórios de sustentabilidade. Além disso as empresas ficam obrigadas a garantir que os seus fornecedores possuam práticas sustentáveis.

Por fim, o imposto CBAM (Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira) isenta determinados importadores de algumas obrigações, no entanto, mantém a exigência de elaboração de relatórios para setores como o do aço, cimento e alumínio. Dessa forma, a redução das emissões torna-se uma estratégia fundamental para que as empresas importadoras minimizem custos adicionais e preservem a sua competitividade no mercado. Adicionalmente, esta medida contribui para diminuir a desvantagem competitiva de empresas europeias face às estrangeiras.

3.4. Barreiras, dificuldades, desafios

Durante o processo de elaboração de relatórios de sustentabilidade, é importante considerar tanto as vantagens como os desafios envolvidos nesse processo. Uma das vantagens é o facto de os relatórios promoverem práticas ambientais, sociais e economicamente sustentáveis. Outro grande benefício é a comunicação da empresa com as suas partes interessadas de forma transparente, contribuindo para a construção de uma relação de confiança entre as partes (Kolk, 2005). Do ponto de vista da empresa, Deegan (2014) demonstrou que, embora existam diversas teorias que motivam uma empresa a reportar informação relacionada com a sustentabilidade, os motivos de relatos sustentáveis estão, fortemente, associados à legitimidade, às normas e às partes interessadas. A legitimidade, sugere que, as práticas sustentáveis podem fortalecer a posição de uma empresa, evidenciando a sua capacidade de dar resposta às expectativas das partes interessadas e, ao mesmo tempo, garantir a sua viabilidade económica. Por outro lado, do ponto de vista das partes interessadas (clientes, fornecedores, o governo, trabalhadores e a sociedade), os relatórios de sustentabilidade são considerados uma questão importante (Ferrell et al., 2010). Vários autores, como McElroy & Engelen (2012) defendem que estas desempenham um papel crucial para garantir que as empresas reportem as suas estratégias de sustentabilidade. Assim, admite-se que a empresa tem como objetivo, não apenas na maximização do lucro, mas também na maximização do seu valor (Martitosvan & Vasakmadze, 2013).

Assim, a preocupação com a atuação das empresas nestas áreas tem vindo a aumentar, com destaque para o fenómeno do aquecimento global, que tem levado a uma maior pressão, por parte da sociedade, sobre as empresas, para que estas alinhem a sua atuação com os objetivos sociais. De acordo com Parry (2018), a sustentabilidade deixou de ser opcional, passando a ser um ponto inegável para o crescimento de uma empresa, tanto mais que, as gerações jovens são mais sensíveis à preservação do meio ambiente e ao tema da sustentabilidade (Musova et al., 2021).

Relativamente aos desafios, (Kolk, 2005) refere desafios internos e externos. Um dos grandes desafios é o ceticismo em relação às vantagens que os relatórios de sustentabilidade trazem para o negócio e para a sociedade em geral. Mesmo depois de superar este desafio inicial, muitas empresas possuem barreiras que se tornam um obstáculo na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, como por exemplo, a falta de pessoal qualificado para a sua elaboração, colheita de dados e processos de análise ineficazes, falta de recursos financeiros, entre outros. Existe no setor industrial, uma grande dificuldade em desenvolver relatórios de sustentabilidade, por diversas razões. Um dos principais obstáculos está

relacionado com a complexidade organizacional das empresas, que muitas das vezes possuem vários departamentos com diferentes prioridades e níveis de conhecimento nas práticas sustentáveis. Essa falta de alinhamento interno pode dificultar a recolha de informação. Está claro que, não existe apenas uma solução para uma produção sustentável, por essa razão, o tema da sustentabilidade nas indústrias é bastante debatido (Seacy & Buslovich, 2014). Outro obstáculo, nas empresas que operam no setor da indústria transformadora, é o facto de o processo logístico neste setor ser algo complexo (Fletcher & Grose, 2012), tornando-o um desafio para a monitorização e para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

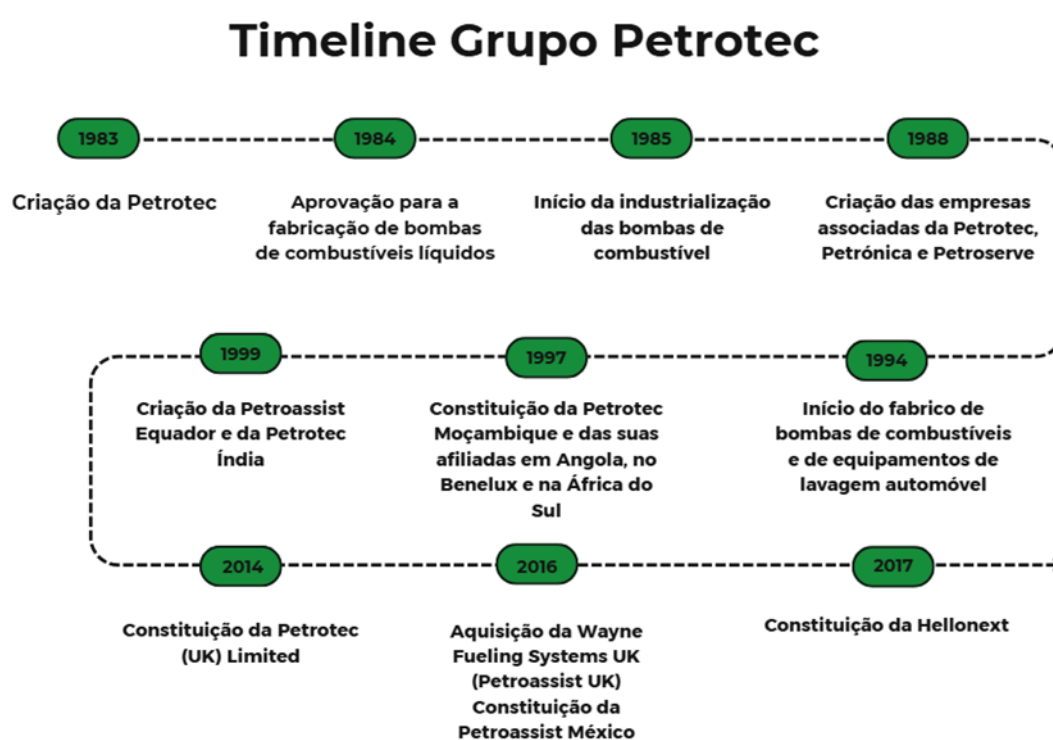
O elevado envolvimento das partes interessadas é um fator determinante para o processo, sendo que, em muitos casos, a colaboração não se mostra eficiente, quer por falta de interesse, quer por falta de conhecimento (Kolk, 2005).

IV. Apresentação da empresa

4.1. História do Grupo Petrotec

O percurso do Grupo Petrotec, reflete o crescimento das suas empresas no setor de equipamentos e serviços para a indústria petrolífera. Desde a sua fundação, há mais de 40 anos, o Grupo expandiu a sua atuação, apostando na inovação e alargando a sua presença internacional. A Figura 3 apresenta uma cronologia com os principais marcos históricos do Grupo, destacando datas como, por exemplo, o ano de fundação, a expansão para novos mercados e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Figura 3 - Marcos Históricos Grupo Petrotec



Fonte: História do Grupo Petrotec

O início da atividade do grupo aconteceu em 1983, com a criação da Petrotec, com atividade na assistência técnica a postos de abastecimento.

Em 1984, obteve por parte do Ministério Português da Indústria, a licença para a fabricação de bombas de combustíveis líquidos. Um ano mais tarde iniciou o fabrico de bombas de combustível, sob licença da marca holandesa Koppens Automatic, registando-se assim, a introdução, em Portugal, da primeira bomba eletrónica para combustíveis. Em 1988 teve início a expansão do grupo para outros serviços,

fundando a Petrónica e a Petroserve, com atividades na produção de *hardware* e *software* para a gestão de frotas e de soluções para estações de serviço, respetivamente.

Em meados da década de 90, iniciou-se o fabrico de bombas de combustíveis e de equipamentos de lavagem automóvel. Em 1997, o grupo continuou a expandir a sua presença internacional. Por fim, em 2017, é fundada a mais recente empresa do grupo, a Hellonext para o desenvolvimento de soluções capazes de dar resposta à mudança de paradigma para um futuro energético limpo.

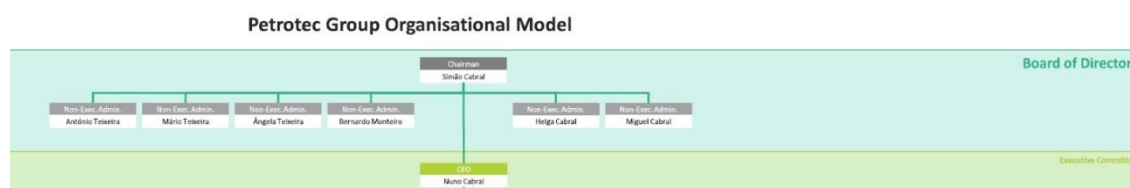
4.2. Estrutura e atividade

A empresa Petrotec – Inovação e Indústria, S. A., é uma empresa familiar fundada em 1983, com sede em Guimarães e, atualmente encontra-se gerida pela segunda geração da família. Com tecnologia 100% própria e quatro décadas de experiência, a Petrotec – Inovação e Indústria, S. A. dedica-se ao desenvolvimento e produção de bombas de combustível, carregadores elétricos, equipamentos de lavagem automóvel e sistemas de pagamento e automação para infraestruturas de abastecimento, incluindo retalhos, frotas, aviação e marinas. Oferece soluções flexíveis e personalizadas, adaptadas às necessidades dos clientes. A sua atividade principal enquadra-se na CAE 28130 Fabricação de outras bombas e compressores, um subsetor da indústria da Fabricação de máquinas e de equipamentos para uso geral (CAE 2.8.1).

A Petrotec – Inovação e Indústria, S.A., faz parte do grupo Petrotec que integra 20 empresas. Em termos de dimensão, enquadra-se na definição de média empresa, de acordo com os critérios propostos na Recomendação 2003/361 da Comissão Europeia.

A figura 4 representa o Conselho de Administração do Grupo Petrotec. No entanto, para a Petrotec – Inovação e Indústria, S. A., de acordo com a certidão permanente da empresa, fazem parte do Conselho de Administração apenas membros da segunda geração da família.

Figura 4 - Conselho de Administração



Fonte: Organograma do Grupo Petrotec

Através da figura 4 é possível compreender que se trata de uma empresa familiar que se encontra no processo de sucessão entre gerações. Embora os fundadores da empresa (1ª geração) ainda pertençam ao Conselho de Administração do Grupo, é a segunda geração que se encontra à frente da gestão operacional da empresa Petrotec – Inovação e Indústria, S.A.

O Grupo Petrotec é o maior fabricante europeu de equipamentos para postos de combustível, com representação em 84 países, através da sua rede de distribuição e representação comercial, possuindo unidades industriais e filiais em diversos países, incluindo, Portugal, Espanha, França, Roménia, Reino Unido, Angola, Moçambique, África do Sul e Índia. Já instalou mais de 200.000 estações de serviço, sendo o parceiro industrial e tecnológico de algumas das maiores companhias do mundo. Integra funções que vão desde o fornecimento, o *hardware*, o *software* e assistência, apresentando-se como a única empresa, a nível mundial, capaz de oferecer soluções integrais.

O grupo possui um comportamento alinhado com a sustentabilidade ambiental e social, expresso nas suas certificações. O projeto de investimento Descarbonização da Indústria Petrotec (financiado parcialmente com fundos Europeus do PRR), visa promover a transição para uma economia circular e neutra em carbono, proporcionando ganhos de eficiência energética.

V. Objetivos do estágio e descrição das tarefas

5.1. Objetivos

Com o propósito de fornecer à empresa um guia, ou seja, as bases fundamentais para a elaboração de um relatório de sustentabilidade, foram definidos alguns objetivos estratégicos que serviram como ponto de partida para a realização do presente relatório de estágio:

- 1) Analisar aspetos relacionados com a sustentabilidade no contexto da empresa: compreender a posição da empresa relativamente à sustentabilidade e qual o grau de prioridade atribuído ao tema pela mesma; verificar se a empresa já divulgava informações relacionadas com a sustentabilidade e, sendo este o caso, conhecer as motivações que a levam a fazê-lo, se por exigências legais, por pressão das partes interessadas ou se por iniciativa própria.
- 2) Apresentar à empresa os potenciais impactos positivos e negativos, ou seja, oportunidades e dificuldades aliados à partilha de informação relacionada com as práticas de sustentabilidade da empresa. Evidenciar a importância da partilha de informação, sobretudo de dados ambientais, é também um dos objetivos do trabalho, demonstrando que esta partilha representa uma mais-valia, dado que contribui para a transparência e para a melhoria contínua da organização.
- 3) Para que seja possível atingir o propósito do estágio, é importante compreender se a empresa adota estratégias para contribuir para a sustentabilidade ambiental, como por exemplo, gestão de resíduos e eficiência energética, assim como práticas e políticas adotadas no âmbito da responsabilidade social, incluindo o apoio à comunidade local, boas condições de trabalho e a inclusão.
- 4) Por fim, o presente relatório fornece algumas orientações para a elaboração do relatório de sustentabilidade da Petrotec – Inovação e Indústria, S. A.

5.2. Método de pesquisa

Desenvolveu-se um estudo qualitativo, uma vez que o propósito era acompanhar e contribuir para o processo. Uma análise qualitativa tem como chave o investigador, o ambiente é a fonte direta da informação, a análise de dados é feita de forma muito intuitiva e através da observação, por parte do investigador, de fenómenos que acontecem no ambiente da empresa (Kallmuenzer et al., 2022).

Como se trata de um relatório de estágio, as principais informações e dados primários foram recolhidos através do processo de observação participante, de conversas casuais, assim como da recolha e posterior análise de documentos relevantes. Esta recolha de dados foi realizada durante os três meses do estágio, entre setembro e dezembro de 2024.

5.3. Tarefas realizadas

A realização do estágio, foi integrada no departamento financeiro e de contabilidade. Durante o estágio foram analisados documentos fornecidos pela empresa, que permitiram analisar o modelo de governação atual e assistir a empresa na elaboração de algumas orientações com vista à preparação de um relatório de sustentabilidade. As informações necessárias, foram extraídas, pelo supervisor do estágio, do sistema utilizado pela empresa, o *software* SAP para uma folha de cálculo. Posteriormente mapeei e filtrei a informação com o objetivo de direcionar os dados de forma a construir os indicadores definidos pelas normas GRI.

Numa primeira etapa foi analisada a relação entre a empresa e a família proprietária, com o objetivo de compreender como funciona a governação da empresa e descrever a sua estrutura organizacional.

Numa segunda etapa, foi recolhida informação detalhada acerca das práticas ambientais, incluindo a gestão de recursos, as emissões de gases de efeito de estufa e as iniciativas desenvolvidas no âmbito da economia circular. Esta fase incluiu a análise documental, assim como da informação recolhida através de conversas casuais com colaboradores dos diversos departamentos com o objetivo de compreender de que forma a empresa tem integrado a sustentabilidade nas suas práticas, identificar áreas possíveis de melhoria e propor estratégias para reduzir o impacto ambiental.

A terceira etapa foi dedicada à interpretação dos dados, tanto da informação e dos indicadores já calculados pela empresa, assim como do cálculo de novos indicadores para a empresa, tendo sempre por base as normas GRI.

Assim, o trabalho ao longo destes meses passou, essencialmente, pela recolha e organização dos dados, e a integração dos mesmos na proposta de relatório de sustentabilidade para a Petrotec – Inovação e Indústria, S. A. A atividade mais enriquecedora foi o cálculo de indicadores GRI materiais para a empresa, contribuindo assim para o desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade, que ainda se encontra em preparação.

Uma das dificuldades sentidas foi o acesso aos dados, pois uma grande parte da informação solicitada não foi fornecida devido a restrições de confidencialidade. Por essa razão não foi possível calcular alguns indicadores e retirar conclusões. Quando a falta de informação se justificava pela inexistência de cálculos, a solução passava por sugerir recomendações que permitissem à empresa acelerar o processo, ou, sempre que possível, calcular o indicador em causa e retirar conclusões. Quando não era possível realizar o cálculo por falta de dados ou de medições disponíveis, indiquei alguns cálculos que permitissem à empresa, quando existirem dados, calcular os indicadores em causa.

O tratamento de dados, assim como o cálculo de indicadores, foram feitos maioritariamente através de folhas de cálculo do Excel. Para síntese e maior clareza da apresentação foi elaborada uma tabela de resultados organizada com base nas normas GRI.

5.4. Apresentação dos resultados

Tendo como base as normas GRI, para apresentar os resultados obtidos foram elaboradas duas tabelas usando o software Microsoft Excel (Anexo 1) uma referente à GRI 2, ou seja, os conteúdos gerais e outra destinada às normas GRI 3, os temas materiais. A tabela 1 referente aos conteúdos gerais, é composta por 30 indicadores, desde o 2.1 até ao 2.30, sendo que para alguns indicadores não foi possível apresentar informações por duas razões distintas: (i) ou porque o indicador em causa não se aplicava à estrutura de governação da empresa ou então, (ii) porque não foi disponibilizada informação pelo departamento de recursos humanos, por questões de confidencialidade.

Os primeiros indicadores têm como objetivo fazer uma breve apresentação da empresa. O horizonte temporal para o qual foram recolhidas informações cobre o período entre 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. A Petrotec – Inovação e Indústria S. A. atua no setor de produção, e a sua cadeia de valor inclui serviços completos para a construção de postos de abastecimento (EPC) e de carregadores elétricos para clientes particulares e B2B.

No período de relato, a Petrotec – Inovação e Indústria contou com 179 trabalhadores, estando, os mesmos geograficamente distribuídos por 6 distritos. Do total dos colaboradores, cerca de 84% pertencem ao distrito de Braga.

Relativamente à estrutura de governação da empresa, o conselho de administração é composto por três elementos eleitos, de acordo com a lei e os estatutos da Petrotec – Inovação e Indústria S. A.. Os órgãos sociais são compostos pela assembleia geral, pelo conselho de administração e pelo fiscal único que, são eleitos, pelos acionistas para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes, mantendo-se em funções até serem legalmente substituídos.

À data de redação deste relatório de estágio, as funções de presidente do conselho de administração, eram desempenhadas por um elemento da segunda geração, sendo da competência do mesmo, os poderes de direção, orientação, gestão e representação da empresa. O modelo de gestão da Petrotec – Inovação e Indústria é estruturado através de uma hierarquia funcional, permitindo a delegação de funções.

Em relação às questões relacionadas com a sustentabilidade, na empresa acredita-se que o desenvolvimento sustentável não é apenas uma responsabilidade social, mas sim uma necessidade estratégica e, dessa forma, pretende incorporar práticas responsáveis ao longo de toda a cadeia de valor. A empresa possui o sistema de gestão da qualidade, pelo referencial ISO 9001:2015; Sistema de gestão ambiental, pelo referencial ISO 14001:2015; Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, pelo referencial ISO 45001:2018.

Passando para os temas materiais, a apresentação dos resultados foi dividida por dimensões, conforme consta na tabela 1:

Tabela 1 - Temas materiais

Dimensão	Indicadores
Ambiental	301: Materiais
	302: Energia
	303: Água e efluentes
	304: Biodiversidade
	305: Emissões
	306: Resíduos
Económica	201: Desempenho Económico
Social	202: Presença no mercado
	204: Práticas de compra
	401: Emprego
	402: Relações de trabalho
	403: Saúde e segurança no trabalho
	404: Formação e educação
	405: Diversidade e igualdade de oportunidades
	406: Não discriminação
	418: Privacidade do cliente

Fonte: Elaboração própria

Na dimensão ambiental, o indicador **301** – materiais, refere-se ao tipo e à quantidade de materiais utilizados. Na empresa, no ano de 2023, utilizaram-se 202,96 toneladas de materiais, estando esta quantidade dividida por três tipos de materiais: madeira, plástico e papel. Das 202 toneladas de materiais utilizados, a empresa reutilizou 23% de madeira, 18% do papel e 32% de plástico.

O indicador **302** – energia, destina-se a dar informação acerca do tipo e da quantidade de energia consumida pela empresa. Concluiu-se que no ano de 2023, o consumo de energia foi superior quando comparado com o consumo de 2022. Foi possível ainda concluir que, de acordo com a unidade de medida utilizado pela empresa (nº de mangueiras equivalentes), são consumidos 49 KWh por cada unidade de medida.

O indicador **303** – água e efluentes resulta do cálculo da quantidade de água consumida pela empresa e de que forma é feito o descarte da mesma. Toda a água consumida pela empresa é proveniente do serviço público de distribuição. No ano de 2023, a empresa consumiu 2,687 ML de água e descartou, aproximadamente, 0,002979 ML de água.

Através do indicador **304** – biodiversidade, pretende-se identificar quais são os impactos significativos das atividades da empresa na biodiversidade. Concluiu-se que a empresa possui diversos impactos na biodiversidade, uma vez que a produção utiliza diversos tipos de plástico derivados do petróleo.

Com o indicador **305** – emissões, pretende-se ilustrar qual a produção de emissões de CO₂. Foram, no ano de 2023, produzidas 18779,7 toneladas de emissões referentes ao transporte de produtos e 66028,3 toneladas de emissões através do consumo de eletricidade. Para além disso, identificou-se a presença de CFCs (Clorofluorcarbonetos) e HCFs (Hidroclorofluorcarbonetos) em sistemas de ar condicionado menos recentes, em produtos de limpeza industrial e ainda em materiais de isolamento.

Por último, na dimensão ambiental, o indicador **306** – resíduos, quantifica, a quantidade de resíduos produzidos pela empresa, e de que forma se realiza a gestão dos mesmos. O tratamento dos resíduos da Petrotec – Inovação e Indústria, S.A. é da responsabilidade de entidades externas que recolhem e tratam os mesmos. A entidade responsável é a Euroseparadora que, para o ano de 2023, faturou 360,604 toneladas de resíduos, divididos pelos respetivos códigos LER (Lista Europeia de Resíduos).

De seguida, na dimensão económica, no relatório apenas se faz referência a um indicador: **201** – desempenho económico, que pretende analisar as receitas obtidas pela empresa, e de que forma a mesma as distribui. Assim, foi possível concluir que do total do valor económico gerado, cerca de 95% foi utilizado para despesas operacionais, investimentos e para distribuição entre as partes interessadas, nomeadamente, colaboradores, fornecedores, o Estado e a comunidade. Apenas os restantes 5% foram retidos pela empresa, representando a parcela do valor económico que não foi imediatamente distribuída. Nesta dimensão, a empresa apenas forneceu informação sobre este indicador.

Por fim, na dimensão social, o indicador **202** – presença no mercado, pretende compreender a proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo, uma vez que a empresa não disponibilizou informações, não foi possível retirar conclusões interessantes.

No indicador **204** – práticas de compra, conclui-se que, das compras efetuadas pela empresa, apenas 22% foram realizadas em fornecedores locais. Foi definido como local, todas as localidades cujo código postal começa-se por “48”, ou seja, todas as freguesias e locais que pertencem ao concelho de Guimarães.

Relativamente ao emprego, o indicador **401** evidencia que, no ano de 2023, foram admitidos um total de 60 colaboradores. A taxa de rotatividade da empresa é baixa (1,62%), o que revela uma forte capacidade de retenção dos colaboradores, evidencia um bom ambiente de trabalho e ainda a existência de reconhecimento por parte dos superiores. De um total de 179 colaboradores, apenas 3 usufruíram da licença de maternidade/paternidade. Em relação às alterações do funcionamento do trabalho (indicador **402**), a empresa possui um prazo mínimo de acordo com a lei em vigor para avisar sobre qualquer tipo de mudança operacional.

Através do indicador **404** – formação e educação, concluiu-se que o número médio de horas de formação, no ano de 2023, foi de 52 horas para os trabalhadores do sexo masculino e de 39 horas para as trabalhadoras do sexo feminino. Além das horas de formação obrigatória, a empresa disponibiliza formações que desenvolvam as competências técnicas, *soft skills*, de segurança no trabalho, de assertividade e de melhoria contínua. A empresa utiliza o SAGD como instrumento de gestão de capital humano que está alinhado com a estratégia da empresa, com o objetivo de conhecer e gerir o

desempenho dos colaboradores. Este sistema aplica-se a todos os colaboradores que são submetidos a avaliações regulares de desempenho.

Para dar resposta ao indicador **405** – diversidade e igualdade de oportunidades, o total de colaboradores foi organizado por género e por categoria funcional, verificando que 88% dos colaboradores são do sexo masculino, estando os mesmos presentes, sobretudo na categoria funcional de manutenção e de engenharia. Por outro lado, o sexo feminino está presente, principalmente, nas categorias técnicas e de gestão.

Por fim, relativamente ao indicador **406** - não discriminação, e ao indicador **418** – privacidade do cliente, não foi até à data, denunciada qualquer situação. No entanto, a empresa possui, de acordo com o código de ética e conduta, um processo para lidar com os mesmos.

VI. Reflexão crítica: contributos para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade da Petrotec – Inovação e Indústria S. A.

6.1. Contributos para a Petrotec – Inovação e Indústria S. A.

O objetivo definido inicialmente para o meu relatório de estágio consistia na redação do primeiro relatório de sustentabilidade da empresa. No entanto, devido à falta de dados rigorosos, tal objetivo não foi possível por falta de informação. Assim, listam-se de seguida algumas recomendações importantes de ter em conta para a realização do relatório de sustentabilidade:

- 1) Ambiente regulatório: A regulação existente sobre o reporte de sustentabilidade em Portugal e na União Europeia tem evoluído de forma muito rápida, o que coloca problemas às empresas e aumenta a incerteza na gestão. A pertença a associações do setor e a associações empresariais com foco nas temáticas da sustentabilidade constitui uma forma de diminuir o custo de compilação de informação;
- 2) Recursos Internos: A estratégia de sustentabilidade da empresa deve ser assumida pela direção, mas deve assentar numa equipa interna que tenha como principal foco os relatórios de sustentabilidade. A mesma deve ser escolhida pelos colaboradores do departamento de qualidade, ambiente e segurança e deve ser constituída, no mínimo, por um elemento de cada departamento da empresa;
- 3) Parceiros externos: É fundamental que a empresa saiba quais são as expectativas dos seus *stakeholders* em relação à incorporação de práticas sustentáveis nas estratégias organizacionais;
- 4) Normas de reporte de sustentabilidade: A empresa tem de definir qual a norma de sustentabilidade de referência. No trabalho desenvolvido durante o estágio foram seguidas as normas GRI, de entre as quais a empresa deve selecionar os indicadores materiais aplicáveis;
- 5) Estruturação de canais de produção de informação: A elaboração de um relatório de sustentabilidade compreende diversas tarefas cuja elaboração requer um certo encandeamento temporal. A empresa deve estabelecer uma metodologia eficiente e rigorosa, de forma a garantir dados credíveis que permitam retirar conclusões relevantes e sustentadas por valores reais (numéricos);

- 6) Construção da matriz de dupla materialidade: A matriz de dupla materialidade compreende a identificação e avaliação do impacto ambiental e social da empresa no exterior, bem como a avaliação do impacto financeiro da dimensão ambiental e social na empresa. A elaboração desta matriz é essencial como forma de integrar todas as dimensões da empresa, nomeadamente a financeira.

6.2. Reflexões finais

Com a realização do estágio e do presente relatório de estágio, pretendia-se, de uma forma geral, contribuir para a empresa através da elaboração das linhas orientadoras para a elaboração do relatório de sustentabilidade. Neste contexto, importa referir que a Petrotec – Inovação e Indústria, S.A., será obrigada a elaborar e a divulgar o seu relatório de sustentabilidade em conformidade com a nova regulação, o que reforça a necessidade de integrar práticas sustentáveis na gestão da empresa. É fundamental compreender que, embora os impactos possam parecer pouco expressivos a curto prazo, cumulativamente acabam por se tornar significativos.

Mais ao nível da empresa, descreveu-se a estratégia global da empresa, incluindo os objetivos da mesma, assim como o alinhamento com normas internacionais. Como já foi referido é fundamental reforçar a importância de comunicar não apenas os resultados e os impactos financeiros, mas também os não financeiros, de forma ética e transparente. Os relatórios de sustentabilidade permitem comparar resultados nas três dimensões, económica, social e ambiental, e assim, avaliar os impactos da empresa. Para as conclusões serem fiáveis é necessário serem baseadas em dados rigorosos e transparentes. Assim, um dos principais contributos esperados foi o cálculo de indicadores sociais, económicos e ambientais, que permitissem fornecer à empresa um modelo de apresentação de resultados que poderá, no futuro, ser reproduzido e desenvolvido pela mesma.

Durante a realização do estágio na Petrotec – Inovação e Indústria, S.A. foram identificados vários desafios relacionados com a implementação de relatórios de sustentabilidade na empresa que, refletem, em grande parte, as dificuldades enfrentadas por empresas familiares ao lidar com o tema da sustentabilidade.

Um dos principais desafios sentidos ao longo do estágio foi um comprometimento deficiente da empresa com a sustentabilidade, em particular com o seu reporte. Tal como identificado anteriormente a gestão

de empresas familiares tende a privilegiar as partes interessadas internas à empresa relativamente às externas. Adicionalmente, e apesar de o termo sustentabilidade ser quase uma palavra de uso comum, e talvez até por essa razão, a organização revelou não ter conhecimento da complexidade do mesmo e principalmente da sua multidimensionalidade e exigência. Da parte dos colaboradores, revelou-se a tendência já identificada nas empresas familiares, que têm a sustentabilidade como uma exigência externa e não como parte estratégica do negócio.

Embora a Petrotec – Inovação e Indústria, S. A. seja uma empresa familiar, está presente em diversos mercados internacionais, por essa razão, esperava-se uma maior integração de práticas sustentáveis na empresa. No entanto, verificou-se que a sustentabilidade é ainda tratada apenas como um cumprimento de obrigações legais, não existindo uma perceção clara do seu verdadeiro impacto e da necessidade de transparência na divulgação de informação.

Observou-se ainda, uma tendência para contratar serviços externos para tarefas que poderiam ser desempenhadas internamente, com os recursos da empresa.

Por fim, outro desafio do estágio está relacionado com a falta de consistência da informação. Durante a recolha de informação, verificou-se que os valores disponibilizados variavam entre diferentes ficheiros e fontes internas, comprometendo a análise. A ausência de um sistema padronizado para a gestão de dados dificultou o processo de organização de informação, tornando-o limitado. Para além disso, houve dificuldade de acesso à informação, devido a restrições de confidencialidade, o que, não deveria acontecer, uma vez que se pretende divulgar informações.

Em suma, o presente trabalho evidencia a importância dos relatórios de sustentabilidade para as empresas, e reforça a ligação existente entre empresas familiares e divulgação de informações não financeiras. Reforçando, assim, a ideia de que a adoção de práticas sustentáveis contribui para uma gestão mais eficiente, permitindo as empresas familiares a alinhar tradições da família com a inovação e os desafios sociais e ambientais do presente e do futuro.

Espera-se que as recomendações sugeridas possam ser um ponto de partida para a construção de uma cultura organizacional mais consciente e comprometida com a sustentabilidade, contribuindo, assim, para uma gestão mais transparente e mais ciente da complexidade do tema da sustentabilidade.

VII. Referências bibliográficas

- Abdulrahman Anam, O., Hamid Fatima, A., & Rashid Hafiz Majdi, A. (2011). Effects of intellectual capital information disclosed in annual reports on market capitalization: Evidence from Bursa Malaysia. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 15(2), 85–101. <https://doi.org/10.1108/14013381111157328>
- Abeydeera, S., Tregidga, H., & Kearins, K. (2016). Sustainability reporting – more global than local? *Meditari Accountancy Research*, 24(4), 478–504. <https://doi.org/10.1108/medar-09-2015-0063>
- Alexander, G. J., & Buchholz, R. A. (1978). Corporate social responsibility and stock market performance. *Academy of Management Journal*, 21(3), 479–486. <https://doi.org/10.5465/255728>
- Alhaddi, H. (2015). Triple bottom line and sustainability: A literature review. *Business and management studies*, 1(2), 6. <https://doi.org/10.11114/bms.v1i2.752>
- Aluchna, M., & Roszkowska-Menkes, M. (2019). Integrating corporate social responsibility and corporate governance at the company level. Towards a conceptual model. *Engineering Economics*, 30(3), 349–361. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.30.3.17511>
- Al-Tuwaijri, S. A., Christensen, T. E., & Hughes, K. E., li. (2004). The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: A simultaneous equations approach. *Accounting, Organizations and Society*, 29(5–6), 447–471.
- Ananzeh, H. (2022). Corporate governance and the quality of CSR reporting: Lessons from an emerging economy. *Society and Business Review*, 17, 280–306.
- Anderberg, S. (1998). Industrial metabolism and the linkages between economics, ethics and the environment. *Ecological Economics: The Journal of the International Society for Ecological Economics*, 24(2–3), 311–320. [https://doi.org/10.1016/s0921-8009\(97\)00151-1](https://doi.org/10.1016/s0921-8009(97)00151-1)
- Appolloni, A., Chiappetta Jabbour, C. J., D'Adamo, I., Gastaldi, M., & Settembre-Blundo, D. (2022). Green recovery in the mature manufacturing industry: The role of the green-circular premium and sustainability certification in innovative efforts. *Ecological Economics: The Journal of the International Society for Ecological Economics*, 193(107311), 107311. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2021.107311>
- Arena, C., & Michelon, G. (2018). A matter of control or identity? Family firms' environmental reporting decisions along the corporate life cycle. *Business Strategy and the Environment*, 27(8), 1596–1608. <https://doi.org/10.1002/bse.2225>
- Aupperle, K. E., Carroll, A. B., & Hatfield, J. D. (1985). An empirical examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability. *Academy of Management Journal*, 28(2), 446–463. <https://doi.org/10.2307/256210>
- Autoridade Bancária Europeia. Disponível em <https://www.bportugal.pt/page/autoridade-bancaria-europeia>

Barkemeyer, R., Preuss, L., & Lee, L. (2015). On the effectiveness of private transnational governance regimes—Evaluating corporate sustainability reporting according to the Global Reporting Initiative. *Journal of World Business*, 50(2), 312–325. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2014.10.008>

Basto, A., (2023). Sustainability reporting: a case of the transports sector in Portugal. Relatório de estágio, Mestrado em Economia, Repositório Universidade do Minho.

Belas, J., Jr, & Zvarikova, K. (2021). Triple bottom line of the CSR concept and its reporting. *SHS web of conferences*, 129, 07001. <https://doi.org/10.1051/shsconf/202112907001>

Block, J. H., & Wagner, M. (2014). The effect of family ownership on different dimensions of corporate social responsibility: Evidence from large US firms: Effect of family ownership on corporate social responsibility. *Business Strategy and the Environment*, 23(7), 475–492. <https://doi.org/10.1002/bse.1798>

Braccini, A. M., & Margherita, E. G. (2018). Exploring organizational sustainability of industry 4.0 under the triple bottom line: The case of a manufacturing company. *Sustainability*, 11(1), 36. <https://doi.org/10.3390/su11010036>

Broadstock, D. C., Chan, K., Cheng, L. T. W., & Wang, X. (2021). The role of ESG performance during times of financial crisis: Evidence from COVID-19 in China. *Finance Research Letters*, 38(101716), 101716. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2020.101716>

Brunelli, S., Sciascia, S., & Baù, M. (2024). Nonfinancial reporting in family firms: A systematic review and agenda for future research. *Business Strategy and the Environment*, 33(2), 162–179. <https://doi.org/10.1002/bse.3484>

Calisto Friant, M., Vermeulen, W. J. V., & Salomone, R. (2020). A typology of circular economy discourses: Navigating the diverse visions of a contested paradigm. *Resources, Conservation, and Recycling*, 161(104917), 104917. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2020.104917>

Carp, M., Păvăloaia, L., Afrăsinei, M.-B., & Georgescu, I. E. (2019). Is sustainability reporting a business strategy for firm's growth? Empirical study on the Romanian capital market. *Sustainability*, 11(3), 658. <https://doi.org/10.3390/su11030658>

Carroll, A. B., & Brown, J. A. (2018). Corporate social responsibility: A review of current concepts, research, and issues. Em *Business and Society* 360 (pp. 39–69). Emerald Publishing Limited.

Carroll, A. B., Sullivan, S. C., & International Association for Business and Society. (1995). Understanding the impact of corporate social responsibility (CSR) in the marketplace: A reputation and social performance assessment study. *Proceedings of the International Association for Business and Society*, 6, 653–661. <https://doi.org/10.5840/iabsproc1995658>

Carungu, J., Molinari, M., Nicolò, G., Pigatto, G., & Sottoriva, C. (2022). Implementing SDGs and mandatory non-financial reporting in corporate practices: Insight from an Italian global player. Em *SIDREA Series in Accounting and Business Administration* (pp. 61–84). Springer International Publishing.

Chau, G., & Gray, S. J. (2010). Family ownership, board independence and voluntary disclosure: Evidence from Hong Kong. *Journal of International Accounting Auditing and Taxation*, 19(2), 93–109. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2010.07.002>

Correia, M. S. (2019). Sustainability: An overview of the Triple Bottom Line and sustainability implementation. *International Journal of Strategic Engineering*, 2(1), 29–38. <https://doi.org/10.4018/ijose.2019010103>

Craig, J., & Dibrell, C. (2006). The natural environment, innovation, and firm performance: A comparative study. *Family Business Review*, 19(4), 275–288. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.2006.00075.x>

D'Amato, D., Korhonen, J., & Toppinen, A. (2019). Circular, green, and bio economy: How do companies in land-use intensive sectors align with sustainability concepts? *Ecological Economics: The Journal of the International Society for Ecological Economics*, 158, 116–133. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.12.026>

De Villiers, C., La Torre, M., & Molinari, M. (2022). The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). *Pacific Accounting Review*, 34(5), 728–747. <https://doi.org/10.1108/par-02-2022-0034>

Delmas, M., & Burbano, V. C. (2011). The drivers of greenwashing". *California Management Review*, 54(1), 64–87.

Delmas, Magali, & Blass, V. D. (2010). Measuring corporate environmental performance: the trade-offs of sustainability ratings: Measuring Corporate Environmental Performance: the Trade-Offs of Sustainability Ratings. *Business Strategy and the Environment*, 19(4), 245–260. <https://doi.org/10.1002/bse.676>

Determinants of Corporate Social Responsibility: Empirical Evidence from Sustainable and Responsible Investment Index. (sem data).

Dye, R. A. (1990). Mandatory versus voluntary disclosures: The cases of financial and real externalities. *The Accounting Review*, 65(1), 1–24.

Dyer, W. G., Jr, & Whetten, D. A. (2006). Family firms and social responsibility: Preliminary evidence from the S&P 500. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(6), 785–802. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00151.x>

Ekins, P., & Zenghelis, D. (2021). The costs and benefits of environmental sustainability. *Sustainability Science*, 16(3), 949–965. <https://doi.org/10.1007/s11625-021-00910-5>

Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36(2), 90–100. <https://doi.org/10.2307/41165746>

Evans, S., Vladimirova, D., Holgado, M., Van Fossen, K., Yang, M., Silva, E. A., & Barlow, C. Y. (2017). Business model innovation for sustainability: Towards a unified perspective for creation of sustainable

business models. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 597–608.

<https://doi.org/10.1002/bse.1939>

Fernando, Y., Jabbour, C. J. C., & Wah, W. X. (2019). Pursuing green growth in technology firms through the connections between environmental innovation and sustainable business performance: Does ser vice capability matter? Resources. *Conservation and Recycling*, 141, 8–20.

Gavana, G., Gottardo, P., & Moisello, A. (2016). Sustainability reporting in family firms: A panel data analysis. *Sustainability*, 9(1), 38. <https://doi.org/10.3390/su9010038>

Geissdoerfer, M., Savaget, P., Bocken, N. M. P., & Hultink, E. J. (2017). The Circular Economy – A new sustainability paradigm? *Journal of Cleaner Production*, 143, 757–768.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.048>

Ghisellini, P., Cialani, C., & Ulgiati, S. (2016). A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner Production*, 114, 11–32. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.09.007>

Gladwin, T. N., Kennelly, J. J., & Krause, T.-S. (1995). Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, 20(4), 874–907. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9512280024>

Gómez- Mejia, L. R., Campbell, J. T., Martin, G., Hoskisson, R. E., Makri, M., & Sirmon, D. G. (2014). Socioemotional wealth as a mixed gamble: Revisiting family firm R&D investments with the behavioral agency model. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 38, 1351–1374.

Graham, J. R., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2005). The economic implications of corporate financial reporting. *Journal of accounting and economics*, 40(1-3), 3-73. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2005.01.002>

Gray, R. (2000). Current developments and trends in social and environmental auditing, reporting and attestation: A review and comment. *International Journal of Auditing*, 4(3), 247–268. <https://doi.org/10.1111/1099-1123.00316>

GRI (2022). A Short Introduction to the GRI Standards. Global Reporting Initiative. Disponible en: <https://www.globalreporting.org/media/wtaf14tw/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf>

GRI (2022). Download the Standards. Global Reporting Initiative. Disponible en: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>

GRI (2022). GRI raises the global bar for due diligence and human rights reporting. Global Reporting Initiative. Disponible en: <https://www.globalreporting.org/news/news-center/gri-raises-the-global-bar-for-due-diligence-and-human-rights-reporting/>

GRI (2022). Our mission and history. Global Reporting Initiative. Disponible en: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>

GRI (2022). The global standards for sustainability reporting. Global Reporting Initiative. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/>

GRI1 (2022). GRI 1: Foundation 2021. Global Reporting Initiative. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>

Global Reporting Initiative. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>

GRI3 (2021). GRI 3: Material Topics 2021. Global Reporting Initiative. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>

Hadjielias, E., Christofi, M., Vrontis, D., & Khan, H. (2022). Social impact through family firms' interorganizational relationships within a community and a cooperative: An embedded view of stewardship. *Journal of Business Research*, 139, 584–601.

Herzig, C., & Schaltegger, S. (2006). *Corporate sustainability reporting. An overview. Em Sustainability Accounting and Reporting*. Springer.

Kidd, C. V. (1992). The evolution of sustainability. *Journal of Agricultural & Environmental Ethics*, 5(1), 1–26. <https://doi.org/10.1007/bf01965413>

Kleine, A., & von Hauff, M. (2009). Sustainability-driven implementation of corporate social responsibility: Application of the integrative sustainability triangle. *Journal of Business Ethics*, 85(S3), 517–533. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0212-z>

KPMG International. (2020). The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020.

Landrigan, P. J., Fuller, R., Acosta, N. J. R., Adeyi, O., Arnold, R., Basu, N. (nil), Baldé, A. B., Bertollini, R., Bose-O'Reilly, S., Boufford, J. I., Breysse, P. N., Chiles, T., Mahidol, C., Coll-Seck, A. M., Cropper, M. L., Fobil, J., Fuster, V., Greenstone, M., Haines, A., ... Zhong, M. (2018). The Lancet Commission on pollution and health. *Lancet*, 391(10119), 462–512. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(17\)32345-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(17)32345-0)

Lehenchuk, S., Zhyhlei, I., Ivashko, O., & Gliszczynski, G. (2023). The impact of sustainability reporting on financial performance: Evidence from Turkish FBT and TCL sectors. Em *Preprints*. <https://doi.org/10.20944/preprints202309.1147.v1>

Leszczynska, A. (2012). Towards shareholders' value: an analysis of sustainability reports. *Industrial Management + Data Systems*, 112(6), 911–928. <https://doi.org/10.1108/02635571211238518>

Li, T.-T., Wang, K., Sueyoshi, T., & Wang, D. D. (2021). ESG: Research progress and future prospects. *Sustainability*, 13(21), 11663. <https://doi.org/10.3390/su132111663>

Lu, Y., Nakicenovic, N., Visbeck, M., & Stevance, A.-S. (2015). Policy: Five priorities for the UN Sustainable Development Goals. *Nature*, 520(7548), 432–433. <https://doi.org/10.1038/520432a>

Malik, M. (2015). Value-enhancing capabilities of CSR: A brief review of contemporary literature. *Journal of Business Ethics*, 127(2), 419–438. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2051-9>

Maggi, B., Gjergji, R., Vena, L., Sciascia, S., & Cortesi, A. (2023). Family firm status and environmental

disclosure: The moderating effect of board gender diversity. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 32(4), 1334–1351. <https://doi.org/10.1111/beer.12578>

Martin, G., Campbell, J. T., & Gomez-Mejia, L. (2016). Family control, socioemotional wealth and earnings management in publicly traded firms. *Journal of Business Ethics*, 133(3), 453–469. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2403-5>

Martínez-Ferrero, Rodríguez-Ariza, J., García-Sánchez, L., & Ballesteros, I. (2018). Corporate social responsibility reporting and information asymmetry: The role of family ownership. *Review of Managerial Science*, 12(4), 885–916.

Maughan, R. (2023). Adopting and adapting sustainability accounting: fit and faith in a family business. *Accounting Auditing & Accountability*, 36(9), 1–31. <https://doi.org/10.1108/aaaj-02-2020-4410>

McWilliams, A., & Siegel, D. (2000). Corporate social responsibility and financial performance: correlation or misspecification? *Strategic management journal*, 21(5), 603–609. [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1097-0266\(200005\)21:5<603::aid-smj101>3.3.co;2-v](https://doi.org/10.1002/(sici)1097-0266(200005)21:5<603::aid-smj101>3.3.co;2-v)

Mealy, P., & Teytelboym, A. (2022). Economic complexity and the green economy. *Research Policy*, 51(8), 103948. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.103948>

Miller, D., & Breton-Miller, L. (2005). Managing for the long run: A study of competitive advantage in family-controlled businesses. *Organization Science*, 16(5), 473–487.

Mofijul Hoq Masum et al., M. H. M. et al, & TJPRC. (2020). Factors affecting the sustainability reporting, evidence from Bangladesh. *International Journal of Mechanical and Production Engineering Research and Development*, 10(3), 8323–8338. <https://doi.org/10.24247/ijmperdjun2020792>

Montiel, I., & Delgado-Ceballos, J. (2014). Defining and measuring corporate sustainability: Are we there yet? *Organization & Environment*, 27(2), 113–139. <https://doi.org/10.1177/1086026614526413>

Musova, Z., Musa, H., & Matiova, V. (2021). Environmentally responsible behaviour of consumers: Evidence from Slovakia. *Economics & Sociology*, 14(1), 178–198. <https://doi.org/10.14254/2071-789x.2021/14-1/12>

Naciti, V., Cesaroni, F., & Pulejo, L. (2022). Corporate governance and sustainability: a review of the existing literature. *Journal of Management & Governance*, 26(1), 55–74. <https://doi.org/10.1007/s10997-020-09554-6>

Nazari, J. A., Herremans, I. M., & Warsame, H. A. (2015). Sustainability reporting: external motivators and internal facilitators. *Corporate Governance*, 15(3), 375–390. <https://doi.org/10.1108/cg-01-2014-0003>

Nogueira, E., Gomes, S., & Lopes, J. M. (2022). The key to sustainable economic development: A triple bottom line approach. *Resources*, 11(5), 46. <https://doi.org/10.3390/resources11050046>

- Opferkuch, K., Caeiro, S., Salomone, R., & Ramos, T. B. (2022). Circular economy disclosure in corporate sustainability reports: The case of European companies in sustainability rankings. *Sustainable Production and Consumption*, 32, 436–456. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.05.003>
- Orouke, D. (2003). Outsourcing regulation: Analyzing nongovernmental systems of labor standards and monitoring. *Policy Studies Journal*, 31, 1–29.
- Özdemir, E. D., Härdtlein, M., Jenssen, T., Zech, D., & Eltrop, L. (2011). A confusion of tongues or the art of aggregating indicators—Reflections on four projective methodologies on sustainability measurement. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 15(5), 2385–2396. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2011.02.021>
- Parra-Domínguez, J., David, F., & Azevedo, T. (2021). Family firms and coupling among CSR reportings and performance. *Administrative Sciences*, 11(1).
- Perello-Marin, M. R., Rodríguez-Rodríguez, R., & Alfaro-Saiz, J.-J. (2022). Analysing GRI reports for the disclosure of SDG contribution in European car manufacturers. *Technological Forecasting and Social Change*, 181(121744), 121744. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.121744>
- Peszko, G., & World Bank. (2020). *Diversification and cooperation in a decarbonizing world: Climate strategies for fossil fuel - dependent countries*. World Bank Publications.
- Ramos, T. B., Cecílio, T., Douglas, C. H., & Caeiro, S. (2013). Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: the Portuguese case. *Journal of Cleaner Production*, 52, 317–328. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.03.002>
- Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. (sem data). « *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*.
- Roberts, R. W. (1992). Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(6), 595–612. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90015-k](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90015-k)
- Rodrigues, P., (2022). Relatório de Sustentabilidade numa PME da Indústria Têxtil e Vestuário. Repositório Universidade do Minho.
- Sageder, M., Mitter, C., & Feldbauer-Durstmüller, B. (2018). Image and reputation of family firms: a systematic literature review of the state of research. *Review of Managerial Science*, 12(1), 335–377. <https://doi.org/10.1007/s11846-016-0216-x>
- Scherer, A. G., & Palazzo, G. (2011). The new political role of business in a globalized world: A review of a new perspective on CSR and its implications for the firm, governance, and democracy: Political role of business in a globalized world. *The Journal of Management Studies*, 48(4), 899–931. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2010.00950.x>
- Schröder, P., Lemille, A., & Desmond, P. (2020). Making the circular economy work for human development. *Resources, Conservation, and Recycling*, 156(104686), 104686. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2020.104686>

Siew, R. Y. J. (2015). A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). *Journal of Environmental Management*, 164, 180–195. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.09.010>

Songini, L., Gnan, L., & Malmi, T. (2013). The role and impact of accounting in family business. *Journal of Family Business Strategy*, 4(2), 71–83. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2013.04.002>

Spangenberg, J. H. (2005). Economic sustainability of the economy: concepts and indicators. *International Journal of Sustainable Development*, 8(1/2), 47. <https://doi.org/10.1504/ijisd.2005.007374>

Stacchezzini, R., Melloni, G., & Lai, A. (2016). Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. *Journal of cleaner production*, 136, 102–110. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.109>

Sumarta, N. H., Rahardjo, M., Satriya, K. K. T., Supriyono, E., & Amidjaya, P. G. (2021). *Bank ownership structure and reputation through sustainability reporting in Indonesia. Social Responsibility Journal*.

Terlaak, A., Kim, S., & Roh, T. (2018). Not good, not bad: The effect of family control on environmental performance disclosure by business group firms. *Journal of Business Ethics*, 153(4), 977–996. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3911-5>

The Evolution of Sustainability, American Association for the Advancement of Science. (sem data). American Association for the Advancement of Science.

Tjahjadi, B., Soewarno, N., & Mustikaningtiyas, F. (2021). Good corporate governance and corporate sustainability performance in Indonesia: A triple bottom line approach. *Heliyon*, 7(3), e06453. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e06453>

Tomas Bata University in Zlín, Faculty of Management and Economics, & Nguyen, T. T. D. (2020). An empirical study on the impact of sustainability reporting on firm value. *Journal of Competitiveness*, 12(3), 119–135. <https://doi.org/10.7441/joc.2020.03.07>

Van Gils, A., Dibrell, C., Neubaum, D. O., & Craig, J. B. (2014). Social issues in the family enterprise. *Family Business Review*, 27(3), 193–205. <https://doi.org/10.1177/0894486514542398>

Wallner, H. P. (1999). Towards sustainable development of industry: networking, complexity and eco-clusters. *Journal of Cleaner Production*, 7(1), 49–58. [https://doi.org/10.1016/s0959-6526\(98\)00036-5](https://doi.org/10.1016/s0959-6526(98)00036-5)

Ward, J. (2016). *Keeping the family business healthy: How to plan for continuing growth, profitability, and family leadership*. Springer.

Yoshikawa, T., Nippa, M., & Chua, G. (2021). Global shift towards stakeholder-oriented corporate governance? Evidence from the scholarly literature and future research opportunities. *Multinational Business Review*, 29(3), 321–347. <https://doi.org/10.1108/mbr-10-2020-0200>

Zellweger, T. M., Nason, R. S., Nordqvist, M., & Brush, C. G. (2013). Why do family firms strive for non-financial goals? An organizational identity perspective. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 37(2), 229–248. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2011.00466.x>

VIII. Anexos

Tabela 2 - GRI 2: Conteúdos Gerais

GRI 2: Conteúdos gerais																																																					
2.1. Perfil organizacional	Informação a. Nome da organização: Petrotec - Inovação e Indústria, S.A.; b. Estrutura societária e forma jurídica: Sociedade anónima; c. Localização da sede: Parque Industrial, pavilhão C - 2 Distrito: Braga; Concelho: Guimarães; Freguesia: Ponte; 4805 298 Guimarães; d. Países em que opera: Portugal.																																																				
2.2. Entidades incluídas no relato de sustentabilidade	a. O relatório cobre o desempenho de sustentabilidade da Petrotec Inovação e Indústria S. A., entre o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; b. Não se aplica; c. Não se aplica.																																																				
2.3. Período do relatório, frequência e pontos de contacto	a. O relatório abrange o seguinte período: de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; b. O período do relatório de sustentabilidade e do relatório financeiro é de um ano e ambos devem estar alinhados; c. Este é o primeiro relatório de sustentabilidade da organização e por essa razão, o RS mais recente; d. Para dúvidas acerca do RS: isd@petrotec.com																																																				
2.4. Reformulações de informações																																																					
2.5. Verificação externa																																																					
2.6. Atividades, cadeias de valor e outras relações de negócio	a. A organização atua no setor de produção; b. A cadeia de valor da Petrotec inclui serviços completos para a construção de postos de abastecimento (EPC) e de carregadores elétricos para clientes particulares e B2B; c. Relações com clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores, comunidade e sociedade; d. Não existe relato anterior.																																																				
2.7. Colaboradores	<table><tr><th rowspan="2">Distrito</th><th colspan="2">Indeterminado</th><th colspan="2">Termo certo</th><th rowspan="2">Total</th></tr><tr><th>Masculino</th><th>Feminino</th><th>Masculino</th><th>Feminino</th></tr><tr><td>Aveiro</td><td>2</td><td>0</td><td>0</td><td>0</td><td>2</td></tr><tr><td>Braga</td><td>107</td><td>13</td><td>27</td><td>4</td><td>151</td></tr><tr><td>Castelo Branco</td><td>1</td><td>0</td><td>0</td><td>0</td><td>1</td></tr><tr><td>Lisboa</td><td>3</td><td>0</td><td>0</td><td>0</td><td>3</td></tr><tr><td>Porto</td><td>4</td><td>1</td><td>0</td><td>0</td><td>5</td></tr><tr><td>Setúbal</td><td>9</td><td>2</td><td>6</td><td>0</td><td>17</td></tr><tr><td>Total</td><td>126</td><td>16</td><td>33</td><td>4</td><td>179</td></tr></table>	Distrito	Indeterminado		Termo certo		Total	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Aveiro	2	0	0	0	2	Braga	107	13	27	4	151	Castelo Branco	1	0	0	0	1	Lisboa	3	0	0	0	3	Porto	4	1	0	0	5	Setúbal	9	2	6	0	17	Total	126	16	33	4	179
Distrito	Indeterminado		Termo certo		Total																																																
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino																																																	
Aveiro	2	0	0	0	2																																																
Braga	107	13	27	4	151																																																
Castelo Branco	1	0	0	0	1																																																
Lisboa	3	0	0	0	3																																																
Porto	4	1	0	0	5																																																
Setúbal	9	2	6	0	17																																																
Total	126	16	33	4	179																																																
2.8. Trabalhadores que não são colaboradores	São várias as situações em que a Petrotec conta com a colaboração de trabalhadores que não são colaboradores, nomeadamente no que diz respeito a prestações de serviços, fornecedores, estagiários, entre outros subcontratados. No entanto, ainda não é possível apresentar informação detalhada sobre esta categoria de trabalhadores.																																																				
2.9. Estrutura de governação e a sua composição	A estrutura de governação é composta por um conselho de administração formado por três membros pertencentes à segunda geração da família fundadora. Entr os membros do CA, existem laços familiares, refletindo uma composição exclusivamente familiar.																																																				
2.10. Nomeação e seleção do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	a. Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos da Petrotec. Os órgãos sociais são: a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único que, são eleitos pelos acionistas, de três em três anos, e podem ser reeleitos uma ou mais vezes. Mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos; b. Acionistas.																																																				

2.11. Presidência do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	a. À data de publicação do presente relatório, Nuno Alexandre Lorgado Cabral, exerce as funções de presidente do Conselho de Administração; b. Os conflitos de interesse são evitados e mitigados através do equilíbrio dos órgãos de gestão e do código de conduta da organização.
2.12. Papel do órgão de governação hierarquicamente mais elevado na supervisão da gestão de impactos	a - b. De acordo com o Estatuto da Petrotec, compete ao Conselho de Administração, o exercício de todos os poderes de direção, orientação, gestão e representação da sociedade; c. Não se aplica.
2.13. Atribuição da responsabilidade da gestão de impactos	a - b. O modelo de gestão da Petrotec, é estruturado através de uma hierarquia funcional, permitindo a delegação de funções. São realizados, pelos responsáveis dos diversos departamentos, relatórios regulares para consulta do Conselho de Administração.
2.14. Papel do órgão de governação hierarquicamente mais elevado no relato de sustentabilidade	a. A redação do RS é da responsabilidade do departamento QAS, que define os procedimentos necessários para a recolha de informação e o respetivo tratamento de dados; b. A revisão final do RS é feita pelo CEO, sendo posteriormente submetido à validação dos restantes órgãos sociais.
2.15. Conflito de interesses	a. Os colaboradores da Petrotec, devem agir sempre em conformidade com a lei, não devendo em qualquer situação, colocar os seus interesses individuais à frente dos interesses coletivos da organização; b. Sem informação.
2.16. Comunicação de preocupações cruciais	a. De acordo com o definido no código de ética e conduta da Petrotec, todos os colaboradores devem informar a sua chefia direta, ou contactar o departamento de capital humano, sempre que identificarem qualquer situação que possa representar uma irregularidade aos princípios éticos da organização. É garantido o tratamento confidencial de qualquer situação reportada; b. Restrições de confidencialidade.
2.17. Conhecimento coletivo do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	
2.18. Avaliação de desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	
2.19. Políticas de remuneração	
2.20. Processos que determinam a remuneração	
2.21. Rácio de compensação anual	
2.22. Declaração sobre desenvolvimento sustentável	a. Acredita-se que o DS não é apenas uma responsabilidade social mas sim uma necessidade estratégica para garantir o crescimento e a prosperidade do negócio a longo prazo. Dessa forma, pretende-se incorporar práticas responsáveis ao longo de toda a cadeia de valor, desde a seleção de fornecedores até ao descarte dos resíduos.

2.23. Compromissos de política

2.24. Incorporação de compromissos de política

a. Sistema de gestão da qualidade, pelo referencial ISO 9001:2015; Sistema de gestão ambiental, pelo referencial ISO 14001:2015; Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, pelo referencial ISO 45001:2018.

2.25. Processos para reparar impactos negativos

a. Todos os riscos e aspetos ambientais são avaliados de acordo com a legislação que lhes é ou não aplicável e quanto ao seu grau de cumprimento; b. A realização de queixas deve ser feita através do departamento do capital humano, os mecanismos de queixa estão descritos no código de ética e de conduta; c. Sem informação; d. Não se aplica; e. Não se aplica.

2.26. Mecanismos para aconselhamento e

a. Está em vigor o código de ética e conduta onde estão definidos os procedimentos para o levantamento de questões, assim como a comunicação de irregularidades.

2.27. Conformidade com leis e regulamentos

2.28. Participação em associações

2.29. Abordagem ao envolvimento das partes interessadas

a. A Petrotec relaciona-se com diferentes categorias de stakeholders, sendo elas, os clientes, os fornecedores, os concorrentes, a comunidade e a sociedade. Essas relações existem com o propósito de atingir objetivos comuns entre a organização e as respetivas partes interessadas. As partes interessadas possuem a obrigatoriedade de respeitar os princípios aos quais a organização está submetida.

2.30. Acordos de negociação coletiva

Tabela 3 - Indicadores materiais

GRI 301 - Materiais	Informação
301-1: Materiais utilizados discriminados por peso ou volume	a. Total: 202,96 toneladas, madeira: 45,50 toneladas; papel 125,47 toneladas e plástico: 31,99 toneladas.
301-2: Matérias primas ou materiais reciclados utilizados	a. Madeira = 10,56 toneladas; Papel = 22,33 toneladas; Plástico = 10,19 toneladas
301-3: Produtos e respetivas embalagens aproveitadas	a. Madeira = 23%; Papel = 18%; Plástico = 32%; b. Valores dos materiais retirados do excel de embalagens, elaborado pelo departamento QAS.
GRI 302 - Energia	Informação
302-1: Consumo de energia dentro da organização	a. Gás propano e gás natural: 56115,450 Kwh, sendo que 1 metro cúbico = 10,55 Kwh; b. Não se aplica; c. Eletricidade: 390700 Kwh; d. Não se aplica; e. 446815,45 Kwh; f. Consulta dos consumos de eletricidade, gás propano e gás natural; g. 1 kg = 1 metro cúbico e 1 metro cúbico corresponde, aproximadamente a 10,55 Kwh.
302-2: Consumo de energia fora da organização	
302-3: Intensidade energética	a. 49 Kwh/nº de mangueiras equivalentes; b. Nº de mangueiras equivalentes; c. Inclui energia das faturas; d. Fórmula de cálculo utilizada para energia dentro da organização.
302-4: Redução do consumo de energia	a. Em 2023, o consumo de energia foi superior ao ano de 2022, por sua vez, quando comparando o ano de 2022 com 2021, o consumo de energia, em 2022 reduziu cerca de 11563 Kwh; b. Valor inclui apenas energia calculadas através do valor das faturas; c. Resultado obtido através da comparação de resultados de 2021 com resultados de 2022; d. Soma da energia consumida em 2021 e em 2022, através de faturas, e ao valor total de 2022, subtrai o valor total de 2021.
302-5: Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	
GRI 303 - Água e efluentes	Informação
303-1: Interações com a água	a. Toda a água consumida é oriunda do serviço público de distribuição; b. Não se aplica; c. Nas instalações da empresa existem mensagens de sensibilização para a utilização racional deste recurso.
303-2: Gestão de impactos relacionados com o descarte de água	
303-3: Captação de água	
303-4: Descarte de água	a. Água residual de terceiros: 0,002979 ML; b. Água doce: 0,002979 ML; c. Não se aplica; e. Fórmula de cálculo: soma dos valores das faturas em metros cúbicos/ soma da expedição de água residual, após obter o resultado converte para ML, tendo 1 mcúbico = 0,001 ML.
303-5: Consumo de água	a. 2,687 ML; b. Não se aplica; c. Não existe armazenamento de água; d. Soma das faturas, e conversão de metros cúbicos para megalitros, sendo que 1 mcúbico = 0,001 ML

GRI 304 - Biodiversidade	
304-1: Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro das instalações ou áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	a. i. Guimarães, Portugal; ii. Área própria; iii. Fora da área de produção; iv. Produção; v. 6010m*2; vi. Terrestre, água doce; vii. Categoria VI: Sistema IUCN
304-2: Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	O processo de produção da Petrotec, possui impactos na biodiversidade, de diversas formas. A produção de bombas de combustível para além de incentivar o uso de combustíveis fósseis, utilizam plásticos derivados do petróleo por exemplo para a fabricação de mangueiras, contribuindo assim para a poluição e a degradação de habitats naturais. Por outro lado, os carregadores elétricos oferecem uma alternativa mais sustentável, no entanto, para a produção de automóveis elétricos é necessário a extração de minerais para as baterias, como por exemplo o lítio, que também contribuem para a poluição ambiental.
304-3: Habitats protegidos ou restaurados	
304-4: Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	
GRI 305 - Emissões	
305-1: Emissões diretas de GEE	a. 18779.7 ton/CO2; b. CO2; c. Sem informação disponível; d. i. 2023, pois é o primeiro Relatório de Sustentabilidade da organização; ii. 18779.7 ton; iii. Não se aplica; e. Não se aplica; f. Controle operacional; g. Para o cálculo do transporte rodoviário, calculei o consumo de combustível e a sua consequente emissão de CO2, assumindo uma média de consumo de 8L/100Km. No transporte marítimo, como não tinha informação acerca do peso de mercadoria, assumi como peso médio de mercadoria 2,5 toneladas, e emissões de 0,025 Co2, ou seja para uma distância de 1 km o cálculo seria: 1*0,025*2,5. Após obter esses resultados, só temos de multiplicar os mesmos pelo número de entregas.
305-2: Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia	a. 66028,3 tCO2/Kwh; B. Não se aplica; c. CO2; d. i. 2023, pois é o primeiro Relatório de Sustentabilidade da organização; ii. 66028,3; iii. Não se aplica; e. Eletricidade = 0,169 Tco2/Kwh; f. Controlo operacional; g. Consulta do ficheiro "FE_GEE_Eletricidade_2024" da APA.
305-3: Outras emissões indiretas de GEE	
305-4: Intensidade energética de emissões de GEE	
305-5: Redução de emissões de GEE	
305-6: Emissões das substâncias que destroem a camada de ozono	a. Embora não haja registos da quantidade de emissões das substâncias que destroem a camada de ozono, através da análise de alguns documentos e de conversas informais com os colaboradores do departamento de QAS, foi possível compreender que existem essencialmente, dois tipos de emissões que destroem a camada de ozono, sendo eles: o clorofluorocarboneto (CFC) e o hidroclorofluorocarboneto (HCFC). Na empresa Petrotec, estes gases estão presentes essencialmente nos sistemas de ar condicionado, uma vez que alguns ainda são antigos, nos produtos de limpeza industriais e ainda, em alguns materiais de isolamento.
305-7: Outras emissões atmosféricas significativas	a. i. Não se aplica; ii. Não se aplica; iii. Não se aplica; iv. Não se aplica; v. Poluentes atmosféricos perigosos. Densidade do diluente =0,88 L; b. Diluentes perigosos; c. Consumo de diluente*densidade do diluente/1000 = 1,06 ton.
GRI 306 - Resíduos	
306-1: Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	
306-2: Gestão de impactos relacionados com resíduos	O tratamento dos resíduos da organização é responsabilidade de entidades externas que recolhem e tratam os resíduos. A entidade responsável pelo tratamento dos resíduos na zona norte é a Euroseparadora e na zona sul a Carmona, ambas as empresas são portuguesas e dedicam-se, sobretudo, à gestão e tratamento de resíduos industriais.
306-3: Resíduos produzidos	a. LER130508 = 2,460 ton; LER130703 = 6,422 ton; LER140603 = 0,236 ton; LER150101 = 22,875 ton; LER150102 = 9,554 ton; LER150103 =15,800 ton; LER150107 = 0,046 ton; LER150110 = 3,837 ton; LER150111 = 0,430 ton; LER150202 = 3,639 ton; LER150203 = 0,096 ton; LER160114 = 0,021 ton; LER160214 = 0,128 ton; LER160216 = 1,900 ton; LER160601 = 0,197 ton; LER160604 = 0,008 ton; LER160708 = 0,335 ton; LER170604 = 0,132 ton; LER180103 = 0,028 ton; LER200121 = 0,010 ton; LER200135 = 0,085 ton; LER200139 = 0,882 ton; LER200140 = 9,528 ton; LER200199 = 0,124 ton; LER200301 = 3,803 ton; b. Informação disponível no documento MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos). Os resíduos são tratados pelas entidades externas responsáveis, a informação é, posteriormente, aprovada pela Petrotec.
306-4: Resíduos não dispostos para depósito final	
306-5: Resíduos dispostos para depósito final	a. Total de resíduos = 360,604 ton; d. dentro da organização.
GRI 201 - Desempenho económico	
201-1: Valor económico gerado e distribuído	a. Valor económico gerado: 32337025,62; Valor económico distribuído: 96% do valor gerado; Valor económico retido: 4% do valor gerado.
201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	
201-3: Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	
201-4: Apoio financeiro recebido pelo governo	a. Apoio: 2190,16 €; b. Não se aplica; c. O governo não participa na estrutura acionária da organização.
GRI 202 - Presença no mercado	
202-1: Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género	
202-2: Proporção dos membros da direção contratados na comunidade local	a. 100%; b. Direção; c. Guimarães; d. Conselho de Administração.
GRI 204 - Práticas de compra	
204-1: Proporção dos gastos com fornecedores locais	a. 22%; b. Localidades cujo código postal inicia com "48"; c. Unidade de produção Petrotec Inovação.

GRI 401 - Emprego		Informação																														
401-1: Novas contratações e rotatividade de empregados	a. Foram admitidos, um total de 60 colaboradores; b. Taxa de turnover: 1,62%.																															
401-2: Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	a. i. Sim; ii. Não; iii. Não; iv. Não; v. Não; vi. Não; vii. Não; b. Unidade de produção Petrotec Inovação.																															
401-3: Licença de maternidade/paternidade	a. 179 colaboradores; b. 3 colaboradores: 2 homens e 1 mulher; c. 3; d. 3; e. Taxa de retorno = 100%; Taxa de retenção = 100%																															
GRI 402 - Relações de trabalho		Informação																														
402-1: Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	a. Prazo mínimo de acordo com a lei em vigor; b. Não existe prazo de aviso especificado, o colaborador é que tem de resolver a situação com a entidade patronal.																															
GRI 403 - Saúde e segurança no trabalho		Informação																														
403-1: Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho																																
403-2: Avaliação de riscos e investigação de incidentes	a. i. Essa responsabilidade é da competência do departamento QAS. A competência dos técnicos responsáveis por esta função verifica-se através do seu nível atribuído pela ACT; ii. Os resultados dos processos utilizados para avaliar riscos e impactos são registados no Mod. 0407 (matriz de avaliação de riscos e impactos)																															
403-3: Serviços de saúde do trabalho	a. O departamento QAS agenda as consultas realizadas pelo médico do trabalho, que realiza as consultas periodicamente, garantindo a confidencialidade das informações médicas dos colaboradores. Os colaboradores têm obrigatoriamente de realizar, no mínimo, uma vez por ano uma consulta no trabalho. Relativamente às vacinas da gripe, a Petrotec, disponibiliza para os seus colaboradores a toma da vacina uma vez por ano. De 179 colaboradores, 44 solicitaram a toma da vacina, no entanto apenas 23 efetivamente a tomaram, o que corresponde a aproximadamente 13% dos colaboradores.																															
403-4: Participação dos trabalhadores e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	a. As informações consideradas relevantes, devem ser comunicadas ao responsável por essa função (departamento QAS).																															
403-5: Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	a. Os colaboradores têm formações acerca de segurança no trabalho, onde ficam a conhecer os procedimentos que devem seguir e também, dependendo da sua função, são sensibilizados para a importância da utilização do EPI. No ano de 2023, foram registadas, apenas no departamento de qualidade, ambiente e segurança 607 horas de formação.																															
403-6: Promoção da saúde do trabalhador	a. Através do seguro de trabalho; b. Seguro de trabalho e medicina do trabalho e ainda é dada aos colaboradores, uma vez por ano, a oportunidade de tomar a vacina da gripe, de forma gratuita.																															
403-7: Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	a. A informação relatada no ponto anterior (403-6) ajuda na prevenção, assim como na mitigação de impactos relacionados com as atividades do colaborador. De acordo com a informação partilhada, das 607 horas de formação do departamento QAS, 8% corresponde a formação acerca de segurança/saúde; 50% corresponde a formação relacionada com a qualidade; 42% diz respeito a formação focada no ambiente.																															
403-8: Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	a. 100% dos trabalhadores estão cobertos pelo seguro de trabalho. A Petrotec possui a ISO 45001: Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.																															
403-9: Acidentes de trabalho	a. i. 0; ii. 0; iii. Total de acidentes = 210; índice = 820; iv. Sem informação; v. 256195 horas trabalhadas; b. Não se aplica; c. Sem informação; d. Formação acerca de segurança no trabalho; e. Índice calculado com base em 1000000 horas; f. Não se aplica; g. Não se aplica.																															
403-10: Doenças profissionais	a. Até dia 31 de dezembro de 2023, apenas foi contabilizada uma situação de doença profissional. O caso foi diagnosticado e devidamente reportado pelo médico da medicina do trabalho e, posteriormente, tratado pela ACT.																															
GRI 404 - Formação e educação		Informação																														
404-1: Média de horas de formação, por ano, por colaborador	a. O número médio de formação foi de 52 horas para o sexo masculino e 39 horas para o sexo feminino.																															
404-2: Programas para a melhoria de competências e de assistência para a transição de carreira	a. A empresa disponibiliza, para além das horas de formação obrigatórias, formações que desenvolvem as competências técnicas, soft skills, de segurança no trabalho, de assertividade e de melhoria contínua. Numa lógica de desenvolvimento de competências e progressão na carreira, são identificadas pelo responsável de cada área, formações que possam contribuir para a evolução do colaborador. As necessidades de formação são registadas no Mod.0108 - Registo de Necessidades de Formação, após a consulta de mercado junto das entidades formadoras, é elaborado o Mod.0109 - Plano anual de formações, posteriormente validado pelo Conselho de Administração. Todas as formações realizadas ficam registadas na ficha individual do colaborador e todas são regulamentadas pelo Mod.0397 - Regulamento de funcionamento da formação; b. a. O SAGD, é um instrumento de gestão de capital humano desenvolvido e alinhado com a estratégia da empresa, com o objetivo de conhecer e gerir o desempenho dos seus colaboradores, assim como apoiar o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Este sistema assenta no pressuposto da avaliação contínua e aplica-se a todos os colaboradores vinculados por contrato de trabalho e que tenham pelo menos 6 meses de trabalho efetivo. Assim, 100% dos colaboradores são submetidos a avaliações regulares de desempenho.																															
404-3: Percentagem de colaboradores que recebem avaliações de desempenho regulares																																
GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades		Informação																														
405-1: Diversidade em órgãos de governação e colaboradores	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Categoria</th><th>M</th><th>F</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Gestão</td><td>91%</td><td>9%</td></tr> <tr> <td>Produção</td><td>92%</td><td>8%</td></tr> <tr> <td>Técnico</td><td>69%</td><td>31%</td></tr> <tr> <td>Logística</td><td>94%</td><td>6%</td></tr> <tr> <td>Manutenção</td><td>100%</td><td>0%</td></tr> <tr> <td>Engenharia</td><td>94%</td><td>6%</td></tr> </tbody> </table>	Categoria	M	F	Gestão	91%	9%	Produção	92%	8%	Técnico	69%	31%	Logística	94%	6%	Manutenção	100%	0%	Engenharia	94%	6%	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Conselho de Administração</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Género</td><td>M: 33%</td><td>F: 67%</td></tr> <tr> <td>Faixa Etária</td><td>30-50: 67%</td><td><50: 33%</td></tr> </tbody> </table>	Conselho de Administração			Género	M: 33%	F: 67%	Faixa Etária	30-50: 67%	<50: 33%
Categoria	M	F																														
Gestão	91%	9%																														
Produção	92%	8%																														
Técnico	69%	31%																														
Logística	94%	6%																														
Manutenção	100%	0%																														
Engenharia	94%	6%																														
Conselho de Administração																																
Género	M: 33%	F: 67%																														
Faixa Etária	30-50: 67%	<50: 33%																														
405-2: Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e recebidos pelos homens																																
GRI 406 - Não discriminação		Informação																														
406-1: Casos de discriminação e medidas tomadas	a. Não foram registados casos de discriminação. Não deve haver discriminação com base na origem, na nacionalidade, religião, raça, sexo, idade ou orientação sexual, ou existir qualquer tipo de assédio verbal ou físico. De acordo com o código de ética e conduta do Grupo Petrotec, sempre que algum colaborador sentir que o seu ambiente/relações de trabalho não respeitam os princípios mencionados deve reportar a sua situação ao departamento de recursos humanos.																															
GRI 418 - Privacidade do cliente		Informação																														
418 -1: Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes																																